



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**REFLEXOS DA FORMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFAM**

Acadêmica Voluntária: Vivianne Batista Riker de Sousa
Colaboradora Voluntária: Lurianny Assunção Barão

MANAUS
2015

**REFLEXOS DA FORMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFAM**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA-036/2014
REFLEXOS DA FORMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFAM

Acadêmica Voluntária: Vivianne Batista Riker de Sousa
Colaboradora Voluntária: Lurianny Assunção Barão
Orientadora: Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade

MANAUS
2015

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Departamento de Serviço Social e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

(...) o conhecimento está sempre se transformando. Isto é, o ato de saber tem historicidade, então o conhecimento de hoje sobre uma coisa não é necessariamente o mesmo de amanhã. O conhecimento transforma-se à medida que a realidade também se movimenta e se transforma. Então, a teoria também faz o mesmo. Não é algo estável, imobilizado. (Paulo Freire, em diálogo com Myles Horton, 2003, p. 114).

RESUMO

O presente estudo tem como foco central os “Reflexos da formação teórico-metodológica no Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFAM”. A pesquisa foi realizada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas e se propôs avaliar a formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, a partir da leitura dos supervisores de campo de estágio, e, mais especificamente, identificando as limitações e potencialidades da formação profissional e seus reflexos nos campos de estágio dos acadêmicos. Para sua consecução, recorreremos à pesquisa bibliográfica, à produção de textos sobre as categorias analíticas fundamentais ao projeto, à revisão dos instrumentais de pesquisa e à realização da pesquisa de campo propriamente dita que consistiu em entrevistas com supervisores de campo de estágio. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por um formulário em consonância com o objetivo da pesquisa. Os dados foram tabulados e analisados, mostrando que, de acordo com os supervisores de estágio, os estagiários da UFAM trazem um posicionamento sociopolítico forte, que estimula o supervisor de campo à mudança, à “reciclagem” profissional, exigindo uma postura da própria instituição, de acordo com o Código de Ética Profissional. Contudo, precisam melhorar a relação supervisor de ensino com o de campo. As reflexões dos supervisores de campos foram de suma importância nos apontando as fragilidades e potencialidades da formação conduzida pelo curso de Serviço Social na UFAM, no momento em que os acadêmicos estão relacionando a teoria com a prática de forma mais intensa.

Palavra Chave: Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Serviço Social; UFAM.

ABSTRACT

This study has as its central focus the "Reflections of the methodological theoretical training in supervised training of the social work course of UFAM" .The research was conducted at the Institute of Humanities and Arts of the Federal University of Amazonas and proposed evaluating the vocational training offered by the Social Work course at the Federal University of Amazonas, from reading the internship supervisors, and more specifically identifying the good and bad side of vocational training and their reflections in stage fields of students. For their achievement, we will research literature, to the production of analytical texts categories for the project, a review of research instruments and said propriely field research consisted of interviews with field supervisors. The semi-structured interviews were conducted by a form for the purpose of research. The informations were tabulated and analyzed showing that, according to the internship supervisors, trainees UFAM bring a strong social political position, which stimulates the field supervisor change, will "recycle" professional, demanding a posture own institution in accordance with the Code of Ethics Profissional. But they need to improve teaching supervisor relationship with the camp. The reflections of field supervisors were very important in pointing out the weakness and strengths of the training conducted by the Social Service course in UFAM at the time that academics are linking theory with practice more intensely.

Keyword: Vocational Training; Supervised Internship; Social Work; UFAM

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Local de Aplicação da Pesquisa.	42
Gráfico 2	Tempo de formação das supervisoras.	43
Gráfico 3	O entendimento dos supervisores sobre estágio na formação profissional.	46
Gráfico 4	Elementos da formação em Serviço Social que devem ser melhorados segundo os entrevistados.	54
Gráfico 5	Aspectos a serem melhorados no Curso de Serviço Social da UFAM	58
Gráfico 6	Número de estagiário da UFAM sob supervisão	61
Gráfico 7	Avaliação sobre os alunos do curso de serviço social da UFAM – Parte 1.	62
Gráfico 8	Avaliação sobre os alunos do curso de serviço social da UFAM – Parte 2.	62

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Educação a Distância
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Política Nacional de Estágio
SNP	Sistema Nacional de Pesquisadores
TCLE	Termo de Compromisso Livre Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	10
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Sintonizando o Serviço Social com novos tempos	13
2.1.1 Breve retrospectiva sobre emergência e desenvolvimento do Serviço Social.....	13
2.1.2 Repensando a formação em Serviço Social.....	17
2.1.3 A relação teoria e prática na formação em Serviço Social.....	23
2.2 O Estágio supervisionado: A Política Nacional de Estágio e o desafio de consolidação do projeto ético político.....	27
2.2.1 O estágio como espaço de ensino-aprendizagem.....	27
2.2.2 O estágio na formação profissional em Serviço Social.....	30
III. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	37
IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
Agradecimentos.....	68
Referências.....	69
Apêndices.....	71
a) Roteiro de entrevista aplicado aos supervisores de campo.....	72
b) Termo de consentimento livre e esclarecido.....	74
Anexos.....	75
Parecer do Consubstanciado do Comitê de Ética.....	76

I. INTRODUÇÃO

O processo de criação de um novo currículo para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas tem ocorrido sem que o currículo ainda em vigor passe por uma análise. Não se sabe ao certo quais as potencialidades e as fragilidades que este apresenta, qual o resultado que está se obtendo no sentido de preparar o aluno para o exercício profissional, sem se saber, de fato, se a estigmatizada frase de que “na prática a teoria é outra” se aplica à realidade do estágio desenvolvido pelos alunos de Serviço Social da UFAM. Ou seja, no sentido de verificar se as disciplinas até então ofertadas têm contribuído para a construção de um diálogo entre teoria/prática, como o conhecimento teórico-metodológico tem se refletido no exercício profissional, na atuação dos alunos no campo de estágio.

Na ótica de Ribeiro (2009, p. 84), o estágio é elemento fundamental à formação:mas não o único, [em termos de] aprendizagem da dinâmica da realidade profissional e social pelos estudantes, isto é, a articulação entre os conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão.

Desse modo, trabalhar a articulação entre teoria e prática é importante não somente no campo de estágio, mas também nas disciplinas que o antecedem com vistas a preparar o aluno para sua inserção no espaço sócio-ocupacional.

O estágio é um dos espaços privilegiados que permite ao aluno realizar a mediação entre o conhecimento e a prática profissional. Um espaço que possibilita – através de um contato direto do discente com a realidade cotidiana da sua futura profissão – o processo de qualificação e capacitação teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político.

Nas Diretrizes Curriculares, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, o Estágio Supervisionado é entendido como:

(...) atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio, elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABEPSS, 1996, p. 15-16).

A competência profissional está interligada à questão da unidade teoria-prática. Desenvolver uma avaliação crítica da realidade profissional do Assistente Social permite que

nosso olhar se volte também para a formação teórica que este teve, visto que, “toda teoria tem implicações práticas e toda habilidade prática tem uma teoria, implícita ou não, que a sustenta, fazendo-se necessário conhecê-la para fundamentar o agir profissional” (NUÑEZ E RAMALHO *apud* RAMOS, 2009, p. 28).

O estágio é um elemento constituinte e constitutivo da formação profissional. Formação essa entendida como um processo dialético que está para além do âmbito acadêmico, portanto acessível, ativo e constante interligado às contradições decorrentes da inclusão da profissão e dos profissionais na própria sociedade, ou seja, trata-se de um processo contínuo em que o profissional deve estar atualizado quanto à sociedade, em seus aspectos ideológicos, econômicos, políticos e sociais. É, portanto, de crucial importância, uma vez que o discente poderá transpor os conhecimentos adquiridos em sala de aula e através deles realizar uma reflexão crítica da realidade e estabelecer a melhor forma de intervir.

Diante do exposto, para a realização desta análise reportando-se ao desempenho dos alunos no campo de Estágio Supervisionado, entrevistamos os supervisores de campo que acompanham os estagiários da UFAM que se encontravam na terceira fase do estágio, de modo a verificar as potencialidades da formação teórico-metodológica, bem como as suas defasagens, por entender-se que a teoria e a prática são unidades indissociáveis para uma formação profissional de qualidade.

Em 2010 se iniciou o processo de criação de um novo currículo para curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. No entanto, o Currículo de 2009, ainda em vigor, não passou por nenhuma análise. Desse modo, faz-se necessário averiguar como as disciplinas até então oferecidas têm colaborado para a construção de uma conexão entre teoria/prática e, também, como o conhecimento teórico-metodológico tem se expresso na atuação dos alunos no campo de estágio.

A unidade teoria e prática não é privilégio do campo de estágio, mas pode e deve ocorrer nas disciplinas que antecedem este. Entendendo-se que a formação profissional se reflete na atuação dos discentes no campo de estágio, acreditamos que verificar como os alunos têm chegado ao Estágio Supervisionado possibilitará, ao Curso de Serviço Social da UFAM, enxergar quais medidas podem ser tomadas para fomentar uma formação de qualidade.

Sendo o Serviço Social uma profissão que trabalha com a perspectiva de práxis, o processo de formação profissional não pode estar dissociado da prática e esta daquele. A relação entre a formação profissional e as demandas do mercado de trabalho é fundamental,

visto que a relevância do Serviço Social na sociedade está atrelada à sua utilidade social, como qualquer profissão inserida na divisão social do trabalho.

O assistente social é um intelectual que intervém na realidade social, onde está constantemente exercitando sua capacidade de captar criticamente essa realidade social, que é contraditória e dinâmica, o que implica em procura constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição imprescritível do seu trabalho profissional. Essa unidade potencializa o papel transformador e propositivo do profissional e facilita a compreensão da realidade, abrindo um leque de possibilidades diante de um dado contexto histórico e social.

O objetivo geral da investigação foi avaliar a formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas diante do currículo de 2009, a partir da leitura dos supervisores de campo de estágio, verificando, desse modo, os pontos positivos e negativos presentes na formação, permitindo-nos um olhar de vários aspectos para melhor colaboração no processo de revisão curricular do curso.

Nosso interesse pela temática nasceu das leituras e da nossa inserção na realidade apresentada. Além disso, pela pesquisadora responsável ser docente do Curso de Serviço Social e a pesquisadora auxiliar por ser discente do curso citado. Nesse sentido, este projeto se propôs a analisar o processo. Resulta, ainda, do fato de que o curso vive um processo de revisão curricular, momento mais que propício para realizar pesquisas deste tipo, que se propõem em avaliar a formação oferecida pelo curso.

Ousamos dizer que a reunião dos dados das duas experiências de pesquisa poderá servir de referência para o ICHL e para UFAM, de modo a repensar o novo currículo em discussão e as condições de ensino hoje ofertadas e, a partir disso, caminhar para a melhoria da qualidade do ensino.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SINTONIZANDO O SERVIÇO SOCIAL COM NOVOS TEMPOS

2.1.1 Breve retrospectiva sobre emergência e desenvolvimento do Serviço Social

O desenvolvimento do capitalismo implica o aumento das desigualdades sociais, pois a riqueza produzida não é distribuída de forma igualitária, mas é monopólio de uma pequena parcela da população. É certo que a desigualdade não é exclusividade da sociedade capitalista, pelo contrário, ela se fez presente nos diversos modelos sociais já existentes. No entanto, a pobreza gerada nesse novo modelo econômico, político e social é algo extremamente novo, uma vez que, simultaneamente ao aumento da capacidade social de produzir riquezas, há uma disseminação da pobreza.

Conforme Martinelli (2003), na primeira metade do século XIX, com os impactos provocados pela Revolução Industrial, os efeitos do capitalismo tornam-se cada vez mais presentes na sociedade. Com o grande fluxo de migração dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, o desemprego, a fome, as doenças, o desamparo, dentre outras manifestações da questão social, são reflexos mais constantes na vida da população das grandes cidades. Os movimentos dos trabalhadores, que passam a ganhar uma consciência política, gradativamente se intensificam, buscando a supressão da sociedade capitalista. Diante da ameaça à ordem burguesa, a questão social passa a ganhar uma atenção especial por parte da própria burguesia, que busca naturalizá-la e enfrentá-la sem que o modelo econômico-social estabelecido seja abalado. Assim, tenta diligenciar meios que a permita apaziguar as tensões sociais e adquirir o controle da sociedade.

“A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes (...), pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2003, p. 66). Destarte, o Serviço Social surge como um mecanismo estratégico da burguesia para a preservação do seu poder hegemônico. Um instrumento que possibilitaria o controle sobre a classe trabalhadora e a propagação da ideologia capitalista no interior da sociedade. Restabelecida a paz social, as relações sociais de reprodução capitalista poderiam se desenvolver livremente.

Segundo Martinelli (2003, p. 121-122), no Brasil, o Serviço Social surge a partir da década de 30 como:

(...) fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, *e tendo como referencial o Serviço Social europeu*. Evidentemente, não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos ou mera importação de ideias, pois suas origens estão profundamente relacionadas com o complexo quadro histórico-conjuntural que caracterizava o país naquele momento.

Com o movimento político-militar de 1930, que põe fim à República Velha, o Estado que se estabelece na República Nova busca restabelecer a “harmonia social”, reforçando a sua aliança com a Igreja e com setores abastados da burguesia.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2006) é a partir do desenvolvimento das instituições assistenciais que se originam dentro dos movimentos leigos que se estabelecerão as bases para as primeiras escolas de Serviço Social. Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que tinha como objetivo “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (CERQUEIRA, 1944 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 169). O Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, marca o início oficial do CEAS.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, as práticas assistenciais desenvolvidas no Brasil encobriam as suas verdadeiras intenções. “Reproduziam a nebulosidade que caracterizava a política social concebida pelo Estado liberal burguês, da qual eram parte e expressão” (MARTINELLI, 2003, p.124). Diante dos movimentos políticos e reivindicatórios, as políticas sociais tinham como alvo restaurar a ordem social, requisito necessário para a manutenção da classe dominante. Para tal, o governo buscou por meio de organismos disciplinadores e normatizadores controlar as pressões advindas da classe trabalhadora. A prática social era apreendida como meio que permitia amenizar as manifestações da questão social geradas pela expansão e intensificação do modo capitalista de produção, transmitindo uma ilusão de que o Estado não era indiferente aos interesses da massa da população.

A consolidação e a institucionalização da profissão de Serviço Social, de acordo com Martinelli (2003), são marcadas pelos interesses da classe burguesa na busca em restabelecer a ordem social, garantindo a expansão da sociedade capitalista, podendo, desse modo, proteger a sua hegemonia.

Até a primeira metade da década de 1960, o Serviço Social, no Brasil, conforme elucida Netto (2011) apresentava certa homogeneidade tanto nos seus meios interventivos, quanto nas suas propostas profissionais, entretanto, a ruptura com este quadro está ancorado na laicização do Serviço Social, em que “(...) as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante” (NETTO, 2011, p. 128).

O Serviço Social não só responde passivamente às novas exigências postas pela autocracia, mas também nela se deflagra quadros contraditórios ao regime, assim consonante Netto (2011, p. 129):

(...) instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.

Assim, mesmo que a inserção do Serviço Social no meio universitário tenha acontecido para responder as demandas “modernizadoras” da autocracia, esta inserção possibilitou a criação de uma massa crítica no interior da profissão.

A partir da segunda metade da década de 1960, na maioria dos países onde o Serviço Social já havia se institucionalizado, passam a ocorrer críticas profundas às práticas tradicionais da profissão. Conforme assinala Netto (2005, p. 6) a passagem da década de 1960 a 1970 é caracterizada por uma conjuntura crítica ao Serviço Social tradicional, ou seja, uma crítica:

(...) a prática empirista, reiterativa, paliativa, e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável.

Nesse período, o padrão de desenvolvimento capitalista começa a ser abalado e o contexto torna-se favorável para mobilizações das classes subalternas que passam a questionar o Estado burguês e suas instituições e a reivindicar demandas não somente de cunho econômico, como também, cultural e social. Nas suas expressões, esses movimentos “recolocavam na agenda as ambivalências da *cidadania* fundada na propriedade (privada) e

redimensionavam a atividade *política*, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas” (NETTO, 2005, p. 7).

Todo esse quadro constituiu o contexto necessário para a contestação das práticas da profissão até então. Dentro da categoria, assistentes sociais viam a necessidade de contribuir profissionalmente para as mudanças sociais demandadas para a superação do subdesenvolvimento e para isso, era necessário pôr em xeque o tradicionalismo profissional. Assim, o movimento de Reconceituação da profissão, na América Latina, “foi comandado por uma questão elementar: *qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?*” (NETTO, 2005, p. 9). Destarte, a Reconceituação significou críticas severas ao Serviço Social tradicional.

No Amazonas, a implementação da profissão também é marcada por práticas tradicionais. O Serviço Social no Amazonas revela-se, no seu início, ancorado em uma fundamentação de orientação cristã (MONTENEGRO, 1986, p. 80). É por meio do desenvolvimento do conceito de medicina social – em que a explicação do advento de diversas doenças estava ligada a fatores sociais – que para André Araújo, de acordo com Montenegro (1986), se origina o Serviço Social. Sua função consistia em amenizar os problemas sociais e, para tal, demandava-se a formação de pessoas com vista a obterem um amplo conhecimento do homem e da sociedade e que aprendessem técnicas para amenizar tais problemas.

Segundo Montenegro (1986, p.80), a Escola de Serviço Social de Manaus pode ser considerada como um marco histórico do Serviço Social na região e, esta surge dentro do próprio Circulo Operário:

No início de 1939 já existisse um grupo de estudos de problemas sociais, que se reunia no “Círculo Operário”, fundado pelo próprio André Araújo, e cujo objetivo era “atender a necessidade de organização operária e preparação de trabalhadores para a sindicalização preconizada pelo Ministério do Trabalho”. Em 16 de novembro de 1940, a Escola de Serviço Social de Manaus começou a funcionar no próprio Circulo Operário, mas sua fundação oficial só ocorreria no ano seguinte, em 15 de janeiro de 1941.

Conforme Montenegro (1986), André Araújo propõe a criação de uma escola de Serviço Social – que no início funcionava nas salas disponibilizadas pelo Grupo Escolar Marechal Hermes, em seguida é transferida para o prédio da Justiça Tutelar de Menores, depois o governo cede o prédio onde antes funcionava a Escola Premunitória Bom Pastor, até

mais tarde a prefeitura conceder um terreno localizado na Avenida Getúlio Vargas – no modelo da escola de São Paulo para a formação de pessoas que atuariam no enfrentamento à miséria, enfermidades, dentre outras mazelas. Todavia, o conhecimento adquirido seria apenas um aprimoramento das características próprias do aluno, que já deveria ter intrínseco em si uma vocação para servir.

Os alunos seriam escolhidos, consoante Montenegro (1986), de acordo com seu nível cultural e sua formação moral. O curso “(...) prepararia profissionais aptos a trabalhar em instituições públicas e particulares. Propunha o idealizador do curso que ele fosse ministrado em dois anos, incluindo matérias teóricas e estágios práticos” (MONTENEGRO, 1986, p. 81).

Segundo Netto (2011, p. 125), a inserção do Serviço Social no âmbito universitário acontece durante a vigência do regime militar. “As escolas isoladas, mantidas destacadamente por organizações confessionais ou leigas (...) convertem-se, em pouco tempo, em unidades de complexos universitários”.

2.1.2 Repensando a formação em Serviço Social

Analisando as décadas de 80/90, vemos que a formação profissional e o trabalho do Serviço Social se consolidaram, principalmente nos anos 80, tornando possível dar um salto de qualidade em relação à profissão, caracterizando esse extenso processo como continuidade e ruptura. Continuidade no aspecto de preservar as conquistas adquiridas, porém de ruptura pela relação de constantes mudanças históricas que refletem na questão social e, assim, fazem surgir novas demandas e com isso as superações de impasses profissionais.

Impasses esses, como o distanciamento entre a teoria e a prática colocado pelos profissionais e estudantes ao distinguir as diferenças entre as bases teórico-metodológicas e o trabalho em campo. E em seguida outro aspecto a ser superado, que é citado pela autora, diz respeito a “preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2006, p.52). Ressaltando que o caminho para ir além desses impasses parece estar em parte no desenvolver de um trato teórico-metodológico severo.

Portanto, é importante que tenhamos um conhecimento teórico, o qual nos ajudará a identificarmos o problema e, assim, buscarmos superar o grande desafio de “transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade” (IAMAMOTO, 2006,

p. 52) e, dando destaque como traçar técnicas de trabalho em meio aos diversos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

No balanço da formação profissional feita pela ABESS, tendo em vista a formulação do currículo mínimo, no cenário das dificuldades hoje presentes, foram identificadas três armadilhas das quais a categoria se viu prisioneira nos últimos anos – o teorismo, o politicismo e o tecnicismo – sobre as quais é preciso refletir. Mas antes, faz-se necessário elucidar os pressupostos em que se baseou a procura de firmar novos pilares para o exercício profissional e os desvios de rota verificados (IAMAMOTO, 2006, p. 53).

Partindo desse ponto, podemos destacar que o primeiro pressuposto afirma que, para buscarmos o novo caminho, é preciso percorrer primeiramente por um aprimoramento mais severo da base teórico-metodológica. O segundo relata a importância do Serviço Social estar envolvido nos movimentos organizados, assim facilitando a articulação de intervenção profissional e, desse modo, trazendo a dimensão do reconhecimento político da profissão para além da ação profissional. Por fim, o pressuposto que nos apresenta o aperfeiçoamento técnico-operativo como uma exigência para efetivação da qualidade do assistente social no mercado de trabalho.

A autora explica a relação dos pressupostos, dizendo que o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo são fundamentais e se complementam. Contudo, há limites em meio ao cenário complexo que necessitam ser ultrapassados: o teorismo, o militância e o tecnicismo.

A articulação da realidade com a profissão é um dos grandes desafios, pois se compreende que o Serviço Social não se situa apenas sobre a realidade, mas sim na realidade. É analisando a partir desta vertente que nos damos conta da importância de compreender a conjuntura, focalizada na questão social, pois há aspectos que modelam e são primordiais na configuração do trabalho do Serviço Social. Não podemos deixar de reconhecer também que são condições essenciais para o exercício da categoria as atividades de pesquisas e o fomento ao espírito investigador.

A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) reconhece que é preciso a capacitação continuada dos profissionais e mestres, o que dará aos mesmos as condições imprescindíveis para qualificação de assistentes sociais mais atualizados com os novos tempos contemporâneos, para então, formular-se a sugestão de um currículo mínimo.

“A proposta curricular, ora em debate, contém dois elementos que representam uma ruptura com a concepção predominante nos anos 1980” (IAMAMOTO, 2006, p.57).

O primeiro considera a questão social como fator chave para a base sócio-histórica do Serviço Social e o segundo demanda entender a prática profissional como trabalho e a inserção desse assistente social em um processo de trabalho. O debate estava em torno de mudanças significativas na profissão nos 1980. Dentre os avanços em relação à história, teoria e metodologia do Serviço Social, que se apresenta na grade curricular em 1982, tem-se a disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social.

A compreensão desta disciplina para a profissão é de grande relevância, visto que “parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2006, p. 57). Mas refletir a profissão é pensá-la como fruto de indivíduos que se encontram em constante mudança, que constroem e vivenciam diferentes contextos.

Portanto, analisar a profissão propõe tratar, respectivamente, os modos de atuar e de pensar fazendo com que esta categoria visivelmente assuma como base a questão social, ou seja, a leitura da realidade das relações sociais, tendo em vista também, as políticas sociais públicas como fundamentais na formação dessa profissão.

O regime ditatorial implantado no Brasil em 1964 “realizou uma “modernização conservadora” que estimulou o desenvolvimento das forças produtivas e, entre outras implicações deste processo, fomentou o crescimento de instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais” (NETTO, 2005, p. 16). Desse modo, de acordo com o autor, os reflexos do movimento de Reconceituação no nosso país se limitaram a englobar vetores desenvolvimentista-modernizantes e somente a partir da segunda metade dos anos 1970, com o início da erosão do regime ditatorial, que as tendências de crítica ao tradicionalismo postas na Reconceituação influenciaram a profissão no Brasil:

De acordo com Netto (2005), na passagem dos anos 1970 aos 1980, com a iniciativa do movimento sindical operário, juntamente com o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, surgem novas perspectivas para os assistentes sociais que almejavam a ruptura com o tradicionalismo. Estes assistentes sociais investiram intensamente em dois planos: na formação acadêmica e na organização da categoria profissional.

Assim, no interior do Serviço Social brasileiro, a partir de 1980, começa-se a se desenvolver críticas à profissão, não somente teóricas como também práticas, baseadas nas conquistas obtidas na Reconceituação. (NETTO, 2005).

De acordo com Netto (2005, p.18), é este Serviço Social compromissado com os interesses da maioria da população, envolvido na busca da qualidade da formação acadêmica e no diálogo com as ciências sociais e investindo amplamente na pesquisa – que hoje compõe o projeto ético-político da profissão – que vem reestruturando:

(...) radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (...), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política.

Segundo Yamamoto (2006), a construção de um novo projeto profissional no ensino do Serviço Social iniciou nas décadas de 1980/90, com aprovação na Assembleia da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), no Rio de Janeiro, com a nova proposta de currículo mínimo, estabelecendo diretrizes gerais para o curso, diretrizes essas que nortearam para um espaço comum de ensino no país, afirmando, ao mesmo tempo, a descentralização e flexibilidade nas realidades regionais e locais, demonstrando que o ensino acompanha as excessivas transformações que permeiam o mundo contemporâneo.

A década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (IAMAMOTO, 2006, p. 50).

Esse projeto profissional é resultado de amplo movimento da sociedade civil, desde a crise da ditadura em meio às intensas sublevações. É justamente neste cenário de lutas democráticas na sociedade brasileira que as assistentes sociais se posicionam como

participantes ativas neste âmbito. Apontando-se a partir desse momento uma base social de reorientação da profissão nos anos 80.

De acordo com Iamamoto (2006), baseada na tradição marxista, é pelo trabalho que o homem se firma como ser social, não somente por ser racional, mas por ser transformador em seu meio. Por isso, o trabalho necessita de instrumentos para sua realização, uma matéria prima, um objeto que reflete na ação do sujeito e, assim, na sua atuação profissional.

Para o Serviço Social, o objeto de trabalho é a questão social, a qual deve ser analisada em meio ao processo sócio-histórico que engendra as desigualdades sociais. São as diferentes expressões da questão social que se apresentam à profissão e demandam formas de enfrentamento.

Portanto, o conhecimento é indispensável para compreensão dessa realidade e esclarecedor para conduzir o trabalho a ser efetivado. Trabalho este que possui efeito no processo de reprodução da força de trabalho, tendo em vista que, para sua realização, o Serviço Social depende de instituições empregadoras para o exercício do seu trabalho.

Em meio às discussões para então elaborar a proposta de currículo, têm-se a organização de três núcleos temáticos que estruturam a formação profissional. O primeiro fundamenta as necessidades temáticas para formação de bases para se entender a vida social em meio à burguesia.

O segundo núcleo nos remete ao entendimento dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, com destaque aos elementos indispensáveis para percepção das relações sociais em sociedade.

E, finalmente, o que se baseia na análise dos fundamentos do Serviço Social no processo do trabalho profissional em que se insere a importância dos meios necessários à profissão para capacitação do exercício profissional, como sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Na década de 90, surgem questionamentos sobre o redimensionamento do projeto político-profissional, que vinha sendo gestado pelos assistentes sociais na década de 80, projeto esse comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da democratização da política e da economia na sociedade, que se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), como também nas novas diretrizes para o Curso de Serviço Social da ABESS (que em 1998 passou a ser designada como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), que redirecionaram a formação profissional decorrente desse novo panorama histórico.

O projeto redimensionado traz novos desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais nesse novo cenário: Como se reforçar e consolidar esse projeto em um âmbito de transformações e como atualizá-lo no novo contexto histórico, sem se perder dos princípios éticos-políticos que nos direcionam? Como firmar o projeto político-profissional em meio a tantas contradições? Tais questionamentos nos levam a repensar a formação profissional no Serviço Social.

Iamamoto (2006) ressalta a importância desse projeto que busca se adaptar aos novos desafios conjunturais apresentados, na medida em que se esforça para dar conta das especificidades da questão social, conhecer suas demandas e contra demandas, qualificar o aprendizado e a formação profissional, reconhece a necessidade de rever as próprias práticas e caminhar rumo ao que se almeja. A autora enfatiza que, para argumentarmos sobre o processo de formação profissional, deve-se ter um olhar minucioso sobre a questão social, pois é um fator primordial, o qual fundou a profissão e é um indicativo básico para iniciarmos esta reflexão sobre a formação.

A questão social é expressão do processo de relações de produção e reprodução da vida social na sociedade em sua totalidade, tanto social, econômico, político ou ideológico, em seus aspectos adversos. São as desigualdades resultantes desse processo de exploração do capital sobre o trabalho. As múltiplas expressões da questão social são matéria primordial sobre a qual se formula o trabalho profissional.

O processo de reflexão e reconceituação nas décadas de 70, 80 e 90 será o ponto de partida na preparação da nova proposta de currículo para o Serviço Social, com uma visão crítica dessa trajetória analisada no decorrer de profundas transformações, na sociedade civil e no Estado.

As reflexões suscitadas por Iamamoto (2006) nos levam a repensar a construção desse currículo profissional em resposta às atuais demandas. Ela evidencia o cuidado da proposta do currículo não ser ultrapassada, de não somente ser uma simples readequação, mas sim provoca um grande avanço na qualidade desse processo de formação profissional dos assistentes sociais.

O interessante é que este novo projeto nasce em meio ao avanço do neoliberalismo no Brasil, que possui como características o conservadorismo e a privatização. Por essa razão, os desafios se põem à atuação profissional, demandando a formulação de teorias e estratégias de atuação no campo profissional como forma de fortalecer e consolidar os direitos sociais e as políticas sociais.

A autora ressalta o olhar crítico proporcionado pela ABEPSS no fortalecimento do tripé: ensino, pesquisa e extensão, o que fornece elementos para prática profissional do Serviço Social de maior qualidade. A autora apresenta a importância de alargar os horizontes, não somente no recinto acadêmico-profissional do Serviço Social, mas também buscar para além da profissão, como a contextualização da história brasileira em meio à nova organização mundial, um campo fértil para aprender melhor as particularidades profissionais e as diversas relações de determinantes nesses cenários históricos. Assim, abrangendo o conhecimento e saindo do senso comum, permitindo ter esse olhar crítico da realidade social e suas relações de produção, que influenciam o Serviço Social no mercado de trabalho.

A relação entre a formação profissional e as demandas do mercado de trabalho é fundamental, visto que a relevância do Serviço Social na sociedade está atrelada à sua utilidade social, como qualquer profissão inserida na divisão social do trabalho. Com isso, vê-se a necessidade de que a reformulação do projeto conduza à construção de um novo perfil profissional, qualificado a responder criativa e criticamente aos novos desafios colocados no campo de produção e do Estado, atentando-se à correlação entre forças dominantes e força de trabalho.

Iamamoto (2006) apresenta a importância do desempenho do assistente social nas formulações das políticas públicas, sendo este o alicerce material e organizacional do exercício da profissão. As conquistas na formação profissional de trabalho do Serviço Social se consolidaram principalmente nos anos 80, decorrente da necessidade de criação de um perfil profissional, dotado de competência teórica e crítica.

O novo profissional precisa estar apto a observar no mundo contemporâneo as mudanças nas dinâmicas de produção nacionais e internacionais, as acumulações capitalistas, as relações das classes sociais e o mundo do trabalho, condições estas que apresentam desafios para a formação profissional do assistente social.

1.1.3 A relação teoria e prática na formação em Serviço Social

Segundo Forti e Guerra (2013), os profissionais de Serviço Social precisam estar sempre em busca do conhecimento para poder lidar com as diversidades e os desafios que vão surgindo ao longo da vida profissional, tanto em sua formação quanto na intervenção. Sendo assim, podemos dizer que são os novos desafios que nos movem a buscar ainda mais conhecimentos e solidificam para que possamos fazer um trabalho de qualidade.

Apresentam que este profissional precisa estar atento às diversas mudanças dentro de um contexto social, sendo estes os aspectos econômicos, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-políticas, das organizações sociais e da dinâmica das relações grupais e interpessoais. Sendo inevitável a leitura sobre a sociedade e a necessidade da compreensão da totalidade da realidade social, na qual estamos inseridas e na qual pretendemos atuar profissionalmente.

Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do serviço social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais do serviço social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e *imediatista* às demandas que lhes são dirigidas (FORTI; GUERRA, 2013, p. 3).

Dessa maneira, o desafio incide em formar profissionais aptos a atuar na realidade através da identificação e da assimilação crítica de suas demandas, atuando de maneira eficaz e eficiente. Entendendo desse modo que, somente assim, será possível construir estratégias sociopolíticas que atendam às reais demandas impostas aos profissionais desta área.

É nesse contexto que vale destacar a base da formação teórica (ético-política) em termos de conhecimento teórico e metodológico para a iniciativa interventiva, ressaltando desse modo também que, além da importância teórica, destaca-se a prática. Pois, por melhor que seja estabelecida, a teoria não é suficiente, por si só, de acionar qualquer modificação na realidade concreta. Contudo, é sobre essa relação da prática com a teoria que o senso comum nos questiona “na prática a teoria é outra”?

Forti e Guerra (2013) nos levam a refletir sobre essa indagação, partindo da pressuposição de que ela se trata de um dos principais falsos dilemas da formação e do exercício profissional do assistente social. As autoras destacam que, sendo o assistente social o profissional que está sempre em busca de responder às reais demandas sociais, precisa estar fundamentado para não “caiar” no senso comum e se deixar influenciar por esse falso dilema.

A discussão no âmbito profissional imposta nos leva a ter um olhar investigativo sobre as problematizações dos fundamentos sócio-históricos e culturais que motivam as questões. Para tanto, faz-se necessária uma análise rigorosa, fundamentalmente crítica e prospectiva sobre os fundamentos citados acima, para melhor compreensão da realidade social, sem se limitar ao senso comum. Logo, Forti e Guerra (2013, p.2) nos remetem a Lukács

(1976) ao citar que, “sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social, não há análise científica possível”.

Vale destacar alguns fundamentos da fragmentação entre a teoria e a prática. Primeiramente, cabe esclarecer o jargão “na prática a teoria é outra”. De acordo com as autoras mencionadas, sustenta-se no entendimento de que a teoria tem a probabilidade de ser inserida na realidade social e tem a competência de dar retornos imediatos para suas questões. Em outros termos, é a ideia que se mantém de uma concepção que pondera a provável aplicação da teoria na prática.

Isso nos recorda um pensamento originado e propagado especialmente nos Estados Unidos, no final do século XIX e início do século XX, fundamentando a expansão do espírito empresarial, o pragmatismo, vertente esta contrária à razão, um modo de pensamento que abrange as atividades prático-utilitárias e o valor das regras e princípios que tenham como veracidade o útil e o sucesso individual, contrárias às vertentes filosóficas investigativas.

Neste sentido, o falso dilema, ao qual nos referimos anteriormente, ressalta que a relação entre teoria e a prática parte da questão do valor da teoria, está destinada a responder imediatamente a realidade, ou seja, para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, compreendida como eficácia da ação do homem, sendo esta ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora. Totalmente oposta às bases do Serviço Social.

Essa forma de produção do conhecimento pode tornar-se instrumento de manipulação, pois, na medida em que o conhecimento não busca desvelar substancialmente a realidade, a sua atividade se restringe a amparar a práxis no sentido imediato.

Se a ciência não pode ou, talvez conscientemente não quer ir mais além desta condição, sua atividade se altera em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática. Por meio dessa, é possível entendermos que para concepção do real e sua preparação para cultivo do conhecimento, a prática é referência da teoria. Não se ignora que faz parte da teoria social crítica o entendimento da prática como critério de verdade.

Portanto, essa é uma percepção de prática incombinável com a superestimação da experiência, que é fato adequado a promover assertivas utilitárias, tais como a que diz que “só se aprende a fazer fazendo”, ou seja, uma visão da prática que nega a qualidade da teoria. Tal percepção remete-nos à perspectiva lukacsiana de que a teoria implica na transformação do movimento concreto em conceito (FORTI e GUERRA, 2013).

Partindo desse pensamento, podemos observar como o automatismo típico das experiências cotidianas profissionais pode mostrar-se obscurecido por atos periódicos,

tornando um objeto de pouca reflexão. É essencial ao aprendizado profissional a necessidade de conhecimento distinto e seu constante aperfeiçoamento que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva. Pois, não obstante ser fundamento e finalidade da teoria, a prática também não é, por si só, capaz de suscitar saber (teórico); especialmente se abordando um campo complexo como o do assistente social, um profissional ligado à “questão social” e às políticas sociais e, a isso se acrescente, que ora destacamos um profissional que atua em terras brasileiras e em tempos neoliberais.

O assistente social é um intelectual que intervém na realidade social, onde está constantemente exercitando sua capacidade de captar criticamente essa realidade social, que é contraditória e dinâmica, o que implica a procura constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição imprescritível do seu trabalho profissional.

Percebemos, de acordo com Iamamoto (2007), que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho e que, apesar de poder estar indiretamente na produção, ganha assalariamento em função da requisição institucional de participar no sentido de viabilizar a subordinação do trabalho à produção, ao capital. E com isso, o modo de conceber a teoria e a prática no âmbito do mercado tem trazido consequência na mercantilização da formação profissional. E, a nosso ver, no Serviço Social, essa concepção tem que ser debatida e combatida, pois não pode ser nem se tornar hegemônica.

Há conclusão de que mesmo os profissionais que concebem a teoria como processo de reconstrução da realidade pela via do pensamento, que tem claro que a escolha de uma teoria não pode ser arbitrária, mas, ao contrário, vincula-se a projetos de sociedade, visões de mundo e métodos, reclamam da teoria como resposta para a prática profissional.

Todavia, para isso, é decisivo ter a habilidade intelectual, buscar conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para escolha responsável da direção que ele irá assumir, pois o Serviço Social, segundo Iamamoto (2007) *apud* Forti e Guerra (2013), nos traz que a profissão participa de um mesmo movimento que tanto permite o prosseguimento do nosso modo de sociedade, como cria possibilidades para sua transformação.

Diante do exposto pelas autoras, parece-nos evidente que cabe relação ambígua entre o campo da teoria e o campo da prática. Mas vale relembrar que o Serviço Social, por longo tempo, mostrou-se de origem conservadora, visto que, somente após meados dos anos de 1960, gerou-se um movimento crítico no Serviço Social, que fez emergir expressões mais progressistas no meio profissional, de modo que provocam o questionamento da ordem capitalista e a possibilidade de sua superação.

Com isso, o histórico conservadorismo no Serviço Social perde a força, dando espaço para o surgimento de outros projetos, dando destaque especial ao projeto ético-político do Serviço Social em 1990. São inúmeras as polêmicas acerca da hegemonia desse projeto. Todavia, mesmo não podendo ser confundido com direção social majoritária no Serviço Social, o atual projeto ético-político orienta significativa parcela de seus profissionais no campo acadêmico e dá direção sociopolítica às entidades representativas da profissão.

Esse projeto tem, no Código de Ética profissional vigente, uma expressão destacada, uma vez que é instrumento norteador da ação profissional. Traz referências, proclamando valores radicalmente humanistas, para a formação e o exercício profissional, que tornam clara a necessidade de competência do assistente social face aos desafios e às contradições que ele enfrenta na realidade social.

Forti e Guerra (2013) elucidam que a relação entre a teoria e a prática traz uma contribuição esclarecedora, apontando que cabe à prática e cabe à teoria movimentação constante para efetuação do “concreto pensado” ou, melhor dizendo, para efetuação do “caminho do pensamento abstrato, que evolui do simples ao complexo” e “reflete assim o processo histórico real” (FORTI e GUERRA, 2013, p.16). Desse modo, as autoras citadas acima tornam evidente que a concepção tradicional de teoria e de prática, com o apoio do pensamento marxiano, foi fortemente remexida, uma vez que a prática deixou de reduzir-se ao fazer elementar do empírico, do cotidiano, ou seja, posicionando a teoria no plano da produção material dos homens, da história real.

Com base nessa declaração e em acordo com o pensamento marxista, citamos, ainda, que a relação entre a teoria e a prática não se dá imediatamente, seja no sentido temporal, seja em referência aos nexos fundamentais que se põem nesse processo. Sendo que para a transformação das relações sociais é imprescindível a interferência das forças prático-sociais, pois a teoria não se gesta, não brota da prática, mas da reflexão sobre ela.

2.2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A POLITICA NACIONAL DE ESTÁGIO E O DESAFIOS DE CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

2.2.1 O estágio como espaço de ensino-aprendizagem

Como integrante da formação, o estágio é garantido pela Constituição Federal de 1988. O artigo 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece que é um ato

educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, tendo como objetivo a preparação e qualificação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular (fundamental médio ou superior).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (Lei 9394 / 96), de 20 de dezembro de 1996, também menciona o estágio no Título VIII, em seu artigo 82: “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisprudência”.

De acordo com Oliveira e Cunha (2006, p. 6), o Estágio Supervisionado pode ser compreendido como “qualquer atividade que propicie ao aluno adquirir experiência profissional específica e que contribua de forma eficaz, para sua absorção pelo mercado de trabalho”.

Como nos reafirma Lewgoy (2009), a supervisão de estágio é um processo complexo, que supõe apreensão da realidade concreta da sociedade, da formação, da universidade, do campo, do acadêmico e do próprio processo de ensino-aprendizagem. Para ela, estágio é um espaço de ensino aprendizagem, momento de vivenciar a reflexão, o questionamento e de incorporar a teoria numa dimensão pedagógica, ou seja, é um espaço do qual supervisor e supervisionado se beneficiam por experienciarem um ambiente educacional por excelência.

Na mesma direção, Buriolla (1994) alega que a supervisão é como um “processo educativo”, onde o supervisor e o supervisionado aprendem em conjunto, onde há a troca, o debate, com a preocupação da prática profissional estar respaldada em uma teoria, numa visão da unidade teoria-prática.

Vygotsky (1998), citado por Lewgoy (2009), aborda as relações entre aprendizagem e desenvolvimento humanos, considerando que aprendizagem, como um processo profundamente social, necessita adaptar estratégias e conteúdos dos projetos curriculares ao contexto histórico e cultural específicos dos alunos. Distingue o nível de desenvolvimento real do aluno, possuído em um determinado momento, daquele que pode chegar a alcançar, sendo elementos que consideramos neste espaço aprendizado do acadêmico no âmbito do estágio.

De acordo com Lewgoy (2009), a supervisão de estágio articulada com a formação e o exercício profissional abarca a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, compondo a dinâmica da relação entre a teoria e a realidade. A esse respeito, reafirma Guerra (2005) *apud* Lewgoy (2009, p.45): “só o estágio permite a análise concreta de situações concretas”. Tal apropriação oportuniza aos alunos contato com as situações reais de trabalho nos seus campos de estágio, entendidos como sínteses de múltiplas

determinações, de muitas relações sociais, históricas, econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

De acordo com Buriolla (1994), o estágio torna-se um processo de ensino aprendido, onde tanto o supervisionado quanto o supervisor, aprendem juntos. Reforçando a troca entre ambos, do fazer, a relação teoria-prática, o conhecer-aprender, de criatividade, a reflexão sobre a prática, entre outros. Vivências que se concretizam e se socializam em conjunto, esta relação oferece ao aluno referências para criar a identidade profissional.

Lewgoy (2009) argumenta que ao abordar a supervisão é necessário, portanto, descortinar a compreensão de formação, na medida em que esse conceito está intrinsecamente relacionado a outros, como trabalho, consciência, pensamento, linguagem, postura pedagógica e competências. Esse, processo, ao interpretar a realidade, constitui-se em fundamento para sua transformação em práxis; é entendido como prática articulada á teoria.

Para a autora, do ponto de vista pedagógico, o processo de supervisão precisa de alicerces para acompanhar a compreensão histórica e social dos fenômenos na relação dialética entre indivíduo, sociedade e natureza.

De acordo com o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFAM (2009), a concepção de estágio tem que estar de acordo com o Projeto de Formação Profissional, visto que é concebido como um espaço privilegiado de ensino-aprendizagem, sendo visualizado como expressivo segmento do processo educacional e como forma de inserção do aluno, professor e supervisor na realidade social mais ampla. Constitui-se, assim, em momento de aprofundamento da proposta de ação-reflexão-ação, buscando levar o aluno a assumir o compromisso profissional tendo como base o exercício do processo de trabalho do Assistente Social. (UFAM, 2009),

Lewgoy (2009) advoga que a principal finalidade do estágio é a de oportunizar ao estagiário a sua colocação como pessoa frente a uma determinada realidade de ensino-aprendizagem, em um contexto real de trabalho. É, principalmente, no exercício da profissão, por este ser um espaço rico de oportunidades de aprendizado. Nesse sentido, o estágio deve ser visto como atividade necessária à ação do acadêmico e não apenas como uma experiência qualquer. Deve ser visto como uma vivência que permite aos estagiários fazerem conexão das ações vividas com a sua formação.

Ribeiro (2013) diz que, apesar de responsabilidades e papéis diferenciados, os profissionais que exercem a supervisão e estagiários precisam internalizar a importância desse espaço ensino aprendido, estando em consonância com os propósitos, princípios e

valores estabelecidos nos projetos profissionais dos cursos, apesar das diferentes opções políticas de cada um.

De acordo com a autora, a pouca articulação entre os sujeitos que participam no estágio e a dissociação estabelecida entre o curso e o campo, leva a uma negação de algo fundamental nesse processo, a interação que deve existir entre o processo de formação profissional e o mercado de trabalho do assistente social.

Buriolla (1994) vê o supervisor como “mestre” e o supervisionado como “aprendiz”, o que delega ao supervisor o papel de autoridade e do saber, ocorrendo a troca de saberes, a discussão da prática, ciente da experiência acumulada pelo supervisor. Diante disso, percebe-se que o homem constrói a história, segundo Marx (1991) *apud* Ribeiro (2013, p.99), mas este a faz em condições reais, no caso do estágio, é exercido pelos autores envolvidos, campos de estágio com seus supervisores, projetos pedagógicos dos cursos com seus professores, supervisores e estagiários, enfim, o estágio tem determinações múltiplas.

2.2.2 O estágio na formação profissional em Serviço Social

O estágio não é uma atividade meramente laboral produtiva, nem tampouco a realização de atividades que acontecem desvinculadas dos objetivos do ensino-aprendizagem. De acordo com Ribeiro (2009, p. 84), no Serviço Social o debate sobre o estágio no processo de formação “vincula-se aos projetos de formação que desde os primeiros cursos, concorriam, como uma estratégia, para a introdução do estudante no aprendizado da dinâmica da realidade social e profissional”.

Ainda segundo a autora, apesar de, nas últimas décadas, ele vir sofrendo os ataques do modo capitalista de produção, ele desempenha uma função acadêmica no processo de ensino aprendido. Destarte, o estágio é um elemento essencial para a formação profissional, pois, através dele o aluno poderá vivenciar o cotidiano da sua futura profissão e realizar a mediação entre teoria e prática, o que o permitirá ter um olhar crítico sobre a realidade social e assim estabelecer a melhor forma de intervir sobre esta. Conforme as Diretrizes Curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – em 1996, o estágio é concebido como:

(...) atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio, elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (ABEPSS, 1996).

Diante da abordagem sobre estágio supervisionado em Serviço Social, mencionamos alguns elementos ao que se refere à formação e à relação com o exercício profissional da categoria. De acordo com Ramos (2009), segundo o documento de base da Política Nacional de Estágio, a gestão da ABEPSS (2009-2010) nomeou, como uma de suas atuações importantes, a construção da política em conformidade com os princípios do projeto ético-político profissional em um contexto da supremacia do capital e de suas inúmeras contrarreformas, entre elas a do ensino superior.

Como visto na ABEPSS (1996), o Estágio deve ser desenvolvido durante o processo de formação, sendo ele atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, sendo ele supervisionado pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, tendo como objetivo geral capacitá-lo para o exercício da profissão.

Ribeiro (2013), em consonância com ABEPSS, reafirma que o estágio é uma dimensão obrigatória, componente curricular no processo de formação, porém não possui existência própria, independente da proposta curricular dos cursos e das relações que o mesmo possui tanto com a sociedade quanto com o espaço de trabalho das assistentes sociais.

É por este fato que entidades representativas da categoria são importantes, como a Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil), em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO (entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país), de modo a garantir uma formação profissional que privilegia pela qualidade e o fomento das extensas discussões acerca das condições postas para essa formação no contexto atual.

A construção coletiva dessa Política Nacional de Estágio está em consonância com a defesa, no contexto atual, de um projeto de formação profissional comprometido com a qualidade e a direção social crítica e emancipatória. No processo, cresce a necessidade de

articulação das entidades representativas da categoria em torno da defesa do estágio, que se ativou, no momento recente, devido a diversos fatores.

No entanto a ampliação do Ensino a Distância – EAD traz implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, em termos de descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com evidência da não efetivação da supervisão conjunta entre supervisores de ensino e os de campo, bem como os problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade.

A partir do processo de realização dos debates coletivos para a construção da PNE, foi indicado que os princípios que devem nortear a realização do estágio no curso de Serviço Social são aqueles contidos no Código de Ética do assistente social e que expressam o direcionamento ético-político do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, tendo como valor ético central a defesa da liberdade, em que o desenvolvimento está relacionado à construção do indivíduo “como ser prático, transformador”.

Dessa forma, o Estágio possui duas modalidades: pode ser obrigatório ou não obrigatório, como previsto no artigo 2º da Lei 11.788/2008. O estágio obrigatório é definido pelo projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. Enquanto o não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, partindo assim do projeto pedagógico do curso.

Os sujeitos participantes dentro do processo do estágio são: o estagiário, o supervisor acadêmico e o supervisor de campo. De acordo com o art. 1ª da Lei nº 11.788/2008, o estagiário é todo aquele estudante que estiver frequentemente dentro do ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Em seguida, o supervisor de ensino da área a ser desenvolvida no estágio tem como papel acompanhar e avaliar as atividades realizadas pelos estagiários (inciso III, do art. 7 da Lei nº 11.788/2008). O supervisor acadêmico tem como papel o acompanhamento e desempenho do aluno para verificar as insuficiências teórico-metodológicas e técnico-operativas do discente e cooperar para a superação destas, conforme expressa Iamamoto (2014), e deve também:

(...) estimular a curiosidade científica e a atitude investigativa no exercício profissional; atribuir clareza ao papel do profissional; contribuir para a identificação das singularidades do trabalho do Serviço Social, reconhecendo, ao mesmo tempo,

os elementos particulares e universais nele contidos; atualizar o aluno ao nível da bibliografia e conhecimentos necessários às atividades profissionais e à pesquisa; orientar o aluno na formulação de relatórios de estágio; refletir com o aluno sobre valores, posturas e comportamentos identificados no desempenho de seu trabalho como estagiário; desenvolver o espírito crítico no trato teórico e na formação do cidadão. (IAMAMOTO, 2014, p. 285).

E, por fim, o supervisor de campo que deve ser funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. O supervisor de campo somente pode orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente (inciso III do art. 9 da Lei 11.788/2008). Em concordância com Yamamoto (2014) vemos que o supervisor de campo tem como atribuição a acompanhar e apoiar a sistematização das atividades realizadas pelo discente, a partir de um Plano de Estágio, elaborado em consonância com unidade de ensino. Ou seja, o supervisor de campo deve inserir o acadêmico no campo de trabalho acompanhando suas atividades, neste processo de ensino-aprendizado, zelando assim pelo desempenho ético do aluno, no âmbito da instituição em que atua.

Lewgoy (2009) enfatiza que o supervisor é referência para o aluno no processo de formação da identidade profissional, atuando ele como assistente social tem como função no momento de ensino-aprendizagem é de responsabilidade do professor supervisor e supervisor de campo. Tendo como finalidade formar profissionais comprometidos teórico, técnico e politicamente.

Ribeiro (2013) nos afirma que a relação entre teoria e prática é também uma articulação entre profissionais, professores supervisores, supervisores de campo e estagiários. Esta relação expressa o próprio processo de formação profissional, uma vez que os conteúdos planejados e organizados dentro de um projeto pedagógico precisam garantir uma indissociabilidade entre a formação e o perfil de profissional que se almeja. Sendo que este profissional deva possuir vários elementos, tais como: clareza política, disponibilidade, interesse e articulação, elementos estes que expressam o posicionamento ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo.

Ribeiro (2009) apresenta o estágio como um aspecto relevante na articulação entre formação profissional e exercício profissional no curso de Serviço Social, o que nos mostra a importância do estágio e o quanto o mesmo precisa ser mais bem estudado. Pois são apresentados desafios no campo de estágio que precisam ser trabalhados, entre eles podemos destacar:

a) Falta de maior articulação entre os sujeitos do processo: supervisores acadêmicos, e de campo e estagiários; b) falta de atualização profissional por parte de alguns supervisores de campo; c) necessidade de a bolsa estágio não ser o principal critério na escolha dos campos de estágio; d) dissociação teoria-prática que se sustenta numa visão distorcida de que a universidade é o espaço da teoria e os campos de estágio, da prática; e) pulverização de campo de estágio, segundo uma tendência do mercado na redução de ofertas de vagas; f) proliferação dos cursos a distancia que vedem uma imagem distorcida do estágio e da profissão (RIBEIRO, 2013, p. 99).

Foi pensando na importância que o estágio tem, dentro da formação profissional, e nas dificuldades que o permeiam, que o relatório da pesquisa sobre implementação das Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social mostrou oportuna, a necessidade de uma Política Nacional de Estágio (PNE), tal tarefa foi assim, delegada à ABEPSS (RAMOS, 2009).

Segundo as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996, os pressupostos da formação profissional correspondem aos elementos que encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social (ABEPSS, 1996). Tais elementos constituem a base da formação profissional a fim de promover uma maior capacitação dos profissionais ao exercício de suas funções, são eles: teoria, metodologia e técnica, componentes éticos, pesquisa, planejamento e administração e o estágio supervisionado.

O Estágio Supervisionado se configura como um dos pilares, que solidifica a formação acadêmica. Sendo ele uma parte importante desta formação, é interessante que o mesmo seja demasiadamente explorado pelo aluno, pois esse espaço lhe proporciona uma experiência prática, estando ele ainda na academia, a fim de lhe dar um maior amparo, no que diz respeito à realidade social, trazendo assim uma visão mais ampla a respeito da profissão.

Os princípios responsáveis por definir as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, segundo a ABEPSS, são: capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tais princípios são responsáveis, respectivamente, por mostrar criticamente o processo histórico social, formação histórica tanto da profissão em si como também da sociedade brasileira, apreensão das demandas, sejam elas consolidadas ou emergentes, com finalidade de apresentar respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social e o exercício profissional, no que diz respeito ao cumprimento das competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

De acordo com a Nova Lógica Curricular formulada pela ABEPSS (1996), a formação profissional se configura como “uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional”.

A nova ordem curricular traz em sua proposta um redimensionamento nas formas de pensar e agir dos profissionais, frente às novas demandas. Tal perspectiva, como já foi dito antes, implica em uma qualificação onde a inserção do aluno na vida social, bem como seu desenvolvimento na mesma, é de indispensável para que ele saiba desenvolver na prática aquilo que aprendeu na teoria, propiciando ao mesmo uma melhor visão na intervenção dos problemas sociais vigentes na sociedade atual.

Um dos pontos cruciais trazidos pelo estágio supervisionado é a aprendizagem baseada na dinâmica da vida social, responsável por inserir o profissional na realidade sócio-institucional. Essa concepção implica no processo de atuação do profissional em Serviço Social, fazendo com que o mesmo repense criticamente o ideário profissional, bem como sua inserção no campo de atuação.

Sabe-se que a formação profissional é constituída de uma totalidade de conhecimentos. Tais conhecimentos estão contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades, expressando-se através de três núcleos, que são os Núcleos de Fundamentação, constitutivos da formação profissional. Eles são distribuídos, primeiramente em: a) núcleo de fundamentação teórico-metodológico da vida social, que é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica; b) núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira em suas mais diversas regiões; c) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como realização de um processo de trabalho, objetivado nas múltiplas expressões da questão social.

Na medida em que esses três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas do conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas (ABEPSS, 1996).

Esta articulação entre os núcleos de fundamentação colabora para que haja novas mediações, entendidas como a relação teoria e prática, a qual permeia toda a formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a ABEPSS propõe uma nova lógica curricular que procura superar a fragmentação do processo ensino-aprendizagem, permitindo assim maior aproximação entre a academia e a sociedade.

Conforme Buriolla (1994), ao analisarmos historicamente a supervisão em Serviço Social percebe-se que os papéis do supervisor foram sofrendo mudanças ao longo do tempo. “Estes vão emergindo de acordo com o momento histórico da época e da profissão...” (BURIOLLA, 1994, p. 144). Assim, de acordo com a autora, podemos, hoje, citar o papel de suma importância que supervisor exerce com os alunos no campo de estágio o papel de educador, de transmissor de conhecimentos-experiências e de informações, de facilitador, de autoridade e de avaliador.

O estágio supervisionado proporciona uma experiência singular na formação profissional do estudante de Serviço Social, facilitando maior aproximação com a prática profissional. Tal processo se dá por meio da inserção do acadêmico no espaço sócio-institucional, no qual ele irá trabalhar com assistentes sociais, que o auxiliam nas mais diversas dimensões do fazer profissional, tais como: o processo teórico-metodológico, ético-político, técnico operativo, entre outros.

De acordo com o art. 2º da Resolução CFESS 533/2008, o estágio supervisionado configura-se como um processo coletivo entre campo de ensino, campo de estágio e estagiário e se realiza, a partir, da observação, do registro, da análise e do acompanhamento da atuação do estagiário no campo de estágio:

A supervisão direta de estágio em Serviço Social é **atividade privativa do assistente social**, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente escrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino [grifo nosso].

Ao preconizar que a supervisão compete, exclusivamente, ao assistente social, a resolução não deixa dúvidas de que, sendo o estágio uma parte fundamental do processo de formação, demanda acompanhamento sistemático e presencial de um profissional que tem formação, habilidade e experiência profissional para contribuir com o acadêmico na construção de seu perfil profissional.

III. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Pesquisados reflexos da formação teórico-metodológica no estágio supervisionado do Curso de Serviço Social da UFAM nos aproximou da nossa realidade acadêmica, como também dos espaços de estágio, assim como possibilitou-nos analisar a formação profissional, na ótica dos supervisores de campo. A aproximação com a pesquisa – com as literaturas, com a verificação da formação profissional no estágio supervisionado através das entrevistas feitas por formulários e com os desafios postos à formação profissional do curso de Serviço Social da UFAM – nos fez perceber que muito mais que traçar críticas ou elogios ao currículo 2009 do curso de Serviço Social da UFAM é necessário, antes de tudo, que o compreendamos em sua totalidade.

Considerando que o método dialético se pauta na contradição, de acordo com Demo (2011), esta base filosófica do marxismo aborda que a realidade é intrinsecamente contraditória, porque sua dinâmica é tipicamente contrária, ou seja, não existe apenas a dinâmica linear. Que o meio em que o sujeito está inserido perpassa por mudanças, ressaltando esta contradição, como origem do movimento e do desenvolvimento.

Nossa pesquisa procedeu de forma exploratória, permitindo-nos uma aproximação maior com o objeto de estudo. De acordo com Gil (2002), este tipo de pesquisa favorece o aprimoramento de ideias e a maior familiaridade com o tema proposto. Também pode ser considerada como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, na medida em que deu destaque às falas dos supervisores de campo, suas impressões, suas avaliações, suas sugestões para a melhoria do curso, ao mesmo instante em que quantificou e categorizou uma série de respostas, recorrendo ao cálculo estatístico, ao uso de gráficos e quadros para melhor exposição e análise dos resultados.

Esta pesquisa teve como sujeitos os supervisores de campo de estágio dos acadêmicos do currículo 2009 do curso de Serviço Social da UFAM, considerando unicamente o estágio supervisionado obrigatório. Para garantir a exequibilidade da pesquisa, reduzimos o grupo de supervisores somente àqueles que estavam acompanhando os acadêmicos que se encontravam regularmente matriculados na disciplina Estágio Supervisionados em Serviço Social III.

Como o projeto de iniciação científica teve seu começo em agosto de 2014 e, nessa ocasião, ainda estávamos no semestre letivo 2014/1, quando não havia a oferta de Estágio III, tomamos como referência o total de alunos do 7º período matriculados em Estágio II, dos turnos vespertino e noturno, que iniciariam o Estágio III em 2014/2, semestre que só iniciou

em outubro de 2014. O levantamento junto à Coordenação de Curso levou-nos a um número aproximado de 45 acadêmicos, visto que nem todas as listagens de estágio tinham sido entregues pelos professores responsáveis.

De acordo com a requisição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, por tratar-se de uma proposta que abrange seres humanos, o projeto maior, ao qual este PIBIC está vinculado, intitulado “Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM” foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, em que o mesmo avaliou o trabalho e emitiu parecer favorável ao seu desenvolvimento.

Com a concordância do Comitê de Ética em Pesquisa e do Comitê Científico do PIBIC, o projeto foi desenvolvido, correspondendo às fases planejadas na metodologia exposta no processo de submissão da proposta.

Em vista da melhor compreensão da temática abordada, a primeira fase foi destinada à pesquisa bibliográfica, em que foi realizado um levantamento de livros, artigos e demais textos relacionados ao tema, tendo como objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o assunto. Nossas categorias analíticas foram: Formação Profissional, Estágio Supervisionado e o curso de Serviço Social na UFAM. Destacando que a pesquisa bibliográfica permeou todo o projeto de pesquisa até a fase final.

A segunda fase consistiu na pesquisa documental, que, como ressalta (GIL, 2002, p.45), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Sendo analisados materiais e dados referentes ao Estágio Supervisionado, disponíveis no Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal do Amazonas, que nos subsidiaram para a aplicação da pesquisa de campo e na elaboração dos relatórios de pesquisa. Nesse momento, tivemos acesso à política de estágio da UFAM e listagens de estágio, com os nomes e contatos telefônicos dos supervisores de campo.

Iniciamos a pesquisa de campo em outubro de 2014, quando teve início o semestre 2014/2. De posse das informações disponibilizadas pelo Departamento de Serviço Social, passamos a manter contato telefônico com os supervisores de campo para explicar os objetivos da pesquisa, a importância de sua participação e, ao final, solicitar sua inserção na pesquisa. Com o aceite, agendamos as entrevistas, as quais passaram a acontecer nos locais de trabalho das supervisoras de campo e, num único caso, a participante preferiu marcar um horário na própria UFAM.

Tomando as listagens de estágio disponíveis na Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social, chegamos a um conjunto de 35 supervisores de campo. É possível que, eventualmente, em função da não entrega da listagem de estágio pelo professor responsável, algum supervisor possa não ter sido incluído na pesquisa. Do total de 35 listados na Coordenação de Estágio, fizemos contato com todos, sendo que 5 se recusaram a participar da pesquisa e 30 foram entrevistados, os quais, na ocasião da pesquisa, estavam supervisionando 53 acadêmicos do curso de Serviço Social da UFAM.

Inicialmente, para avaliação do instrumental de coleta de dados, a professora orientadora conduziu o pré-teste com uma supervisora no Tribunal de Justiça do Amazonas. A discente acompanhou a entrevista e fez seus registros, de modo a possibilitar a avaliação do instrumental. Concluída a entrevista, a discente e a orientadora reuniram-se e avaliaram que o formulário estava claro e conciso, ou seja, que estava coerente ao objetivo da pesquisa. Iniciamos a pesquisa junto aos supervisores de campo, optamos por formulários para facilitar a aplicação da pesquisa, visto que esses sujeitos foram entrevistados em local de trabalho. Para isso, foram agendados dias e horários específicos com os supervisores.

Partimos para a aplicação dos formulários, com perguntas abertas e fechadas aos supervisores de campo, sendo realizadas nas instituições de trabalho dos sujeitos. Para aplicação dos formulários, foi realizada antes a explicação do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), para melhores esclarecimentos dos sujeitos sobre a pesquisa realizada.

Enfrentamos grandes dificuldades nessa fase da pesquisa, principalmente quanto às distâncias entre os diferentes locais de trabalho. Só para exemplificar, tivemos que ir a bairros de distintas zonas da cidade de Manaus: Santa Etelvina, Educandos, Tancredo Neves, Cidade Nova, Coroado III etc. Além disso, em função do grande fluxo de trabalho, alguns supervisores tiveram dificuldade em reservar um tempo para a entrevista.

Ao estabelecer contato telefônico com os supervisores de campo foi explicado do que se tratava a pesquisa, sendo reforçada a contribuição desses sujeitos para a melhor qualificação da formação dos nossos futuros assistentes sociais que se encontram em processo de ensino aprendizagem e construção de uma postura profissional.

Mesmo diante de todo esclarecimento, percebemos que alguns dos entrevistados tiveram certo receio em participar das entrevistas, apresentaram certa desconfiança, como se estivéssemos para fiscalizá-los, o que fez com que alguns se retraíssem ou dessem respostas vazias. Porém, mesmo com as dificuldades encontradas, conseguimos realizar as entrevistas e estas apontam como vem sendo a discussão das potencialidades e fragilidades da formação conduzida no curso de Serviço Social da UFAM.

No início de 2015 produzimos o relatório parcial da pesquisa, que foi submetido ao Comitê Científico do PIBIC como exigido, sendo expostos os resultados parciais obtidos por meio da aplicação do formulário, e os próximos passos que seriam cumpridos para o desenvolvimento da pesquisa. Não houve a apresentação oral parcial da pesquisa, mas fomos notificadas do cancelamento das apresentações orais pelo comitê científico do PIBIC.

Conforme concluímos a aplicação da pesquisa de campo, tabulamos e analisamos os dados, dos formulários aplicados aos supervisores de campo. O material colhido passou por uma sistematização, avaliação e organização em um arquivo único com as informações categorizadas e, em seguida, estes dados foram organizados em gráficos e tabelas. Identificamos que a pesquisa de campo foi esclarecedora, na medida em que nos favoreceu o caminho para alcançar os objetivos propostos. Como orienta Gil (2002, p.53), no trabalho de campo “o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância do pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”.

A análise de dados nos permitiu ter a real ideia dos conteúdos utilizados, através de reflexão e interpretação dos dados obtidos, indo além do escrito. Nesse processo, buscamos estabelecer a relação com os dados empíricos que, na ótica de Gil (2002, p.28), oferece ao pesquisador as condições para “transformar as noções iniciais em outras mais úteis, que se referem diretamente a fatos empíricos e não a percepções pessoais”.

Durante a pesquisa, vale destacar que foram produzidos 2 artigos, os quais foram submetidos à Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, a realizar-se na cidade de São Luís do Maranhão. Eles foram aprovados e serão defendidos oralmente em agosto, momento do acontecimento do evento.

De posse de todas as informações das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, passamos à redação do relatório final de pesquisa. O relatório final da pesquisa traz a discussão teórica com base nas categorias analíticas escolhidas, a descrição da metodologia adotada e os resultados que foram alcançados nesse processo.

Sua apresentação será feita por escrito via Portal Lira e também oral, diante da banca examinadora do Comitê Científico do PIBIC, durante a realização do XXIII Congresso de Iniciação Científica – CONIC. Nessa ocasião, a banca julgará se o projeto alcançou seus objetivos. Os resultados obtidos com a pesquisa serão divulgados à comunidade acadêmica, que poderá fazer uso para novos projetos.

É importante salientar que, durante todo o desenrolar do projeto, a discente reuniu-se periodicamente com sua orientadora para avaliar a trajetória da pesquisa, ponderar os

objetivos, solucionar as dificuldades, rever a metodologia, debater a partir da leitura dos textos e problematizar os resultados da pesquisa. Foram construídos pequenos artigos sobre cada uma das categorias analíticas, que nos permitiram construir o item destinado neste relatório à fundamentação teórica.

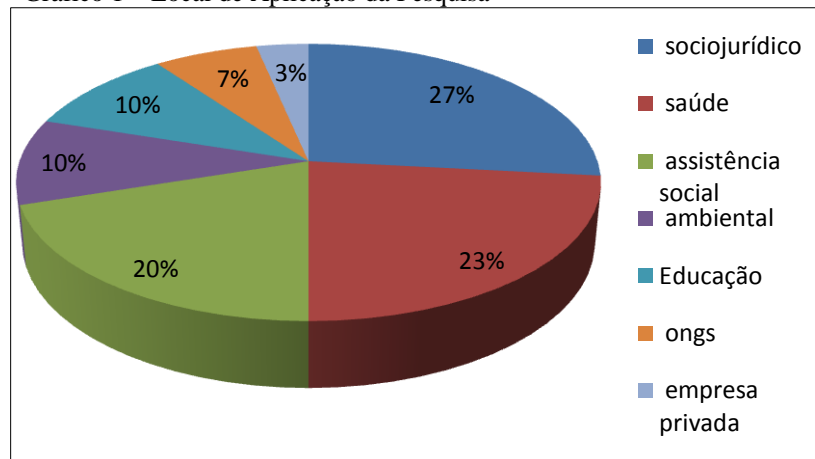
IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo através dos formulários com os supervisores de campo, obtivemos uma visão ampla no que diz respeito à realidade da formação. Isso nos possibilitou identificar as potencialidades e limitações da formação profissional do curso de Serviço Social da UFAM, assim como os seus reflexos na atuação dos acadêmicos no campo de estágio.

Todas as supervisoras de estágio entrevistadas eram do sexo feminino, mostrando que o curso ainda é composto no mercado de trabalho, em sua maioria, por mulheres, como desde o início da profissão, apesar de atualmente ter ocorrido um aumento na procura do curso pelo sexo masculino. “Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua trajetória de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina” (IAMAMOTO, 2007, p. 89).

Considerando as dificuldades expressas na descrição metodológica, a entrevista foi realizada com 30 supervisores, cujas respostas serão apresentadas e analisadas no decorrer do texto. O gráfico 1 revela os mais variados espaços sócio-ocupacionais das supervisoras de campo nos quais encontram-se inseridos os acadêmicos do curso de Serviço Social da UFAM. Ou seja, um olhar sobre as diferentes áreas em que atuam as supervisoras de estágio entrevistadas reforça-nos que a profissão não está restrita a um único campo de atuação. Por isso, postula-se uma formação ampla e generalista, que permita ao profissional a intervenção sobre diferentes expressões da questão social, em diversos espaços sócio-ocupacionais.

Gráfico 1 – Local de Aplicação da Pesquisa

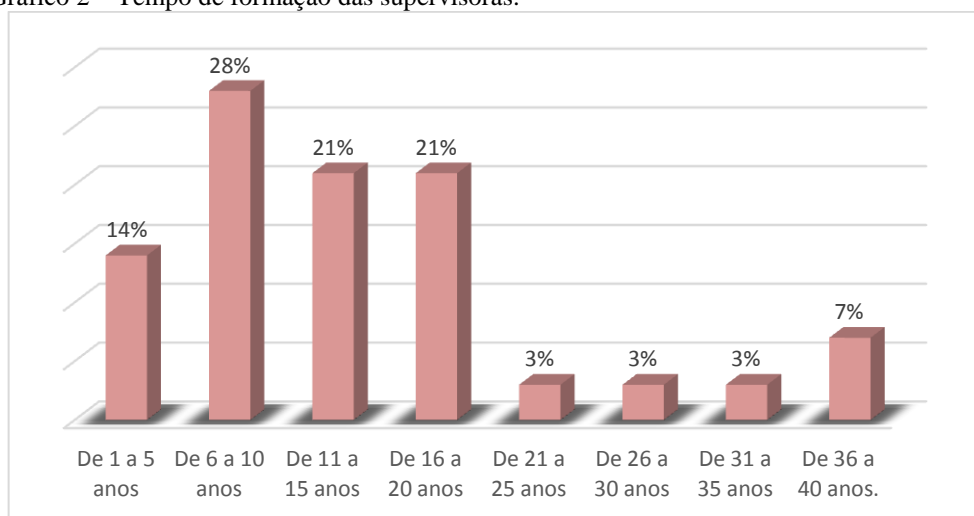


Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como podemos ver, as entrevistas foram mais realizadas nas áreas do sociojurídico e da saúde, seguidas pelas demais apresentadas no gráfico 1, permitindo-nos saber que tais áreas são os campos que mais absorveram os estagiários de Serviço Social da UFAM. Ao falarmos sobre as instituições em que os discentes estagiaram, pudemos perceber que a maioria dos setores de Serviço Social não era apropriada para o exercício profissional, pois eram pequenos e não permitiam o atendimento ao usuário de modo que mantivesse o sigilo profissional, como o Código de Ética profissional orienta que deve ser.

Não encontramos uma uniformidade quanto ao tempo de formação das supervisoras, o que nos indica uma heterogeneidade no grupo de supervisores de campo dos discentes da UFAM, visto que temos profissionais com larga experiência profissional e outros mais iniciantes nesse processo de supervisão, bem como profissionais formados a partir de uma matriz curricular mais conservadora, ainda pouco influenciada pelo movimento de reconceituação (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Tempo de formação das supervisoras.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Assim, diante da variedade de tempo de formação das supervisoras entrevistadas, reafirmamos a ideia de que o constante processo de atualização seja buscado pelos profissionais, já que a profissão acompanha a dinamicidade social, para que eles estejam capacitados tanto para a atuação institucionalizada, quanto para o processo de supervisão de estágio dos futuros profissionais.

Considerando as instituições de formação dos entrevistados, percebemos que mais da metade formou-se em universidade pública, dos quais 77% formaram-se na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 3% na Universidade Federal do Pará (UFPA), totalizando, então, 80% dos entrevistados formados por instituições públicas de ensino. Dentre os demais, temos os profissionais formados em instituições privadas, dos quais 10% formaram pela instituição denominada Nilton Lins, 7% pela UniNorte e 3% pela Faculdade Metropolitana (FAMETRO) – o que também evidencia o fato de que, a partir da década de 1990 e, sobretudo, anos 2000, tem-se uma proliferação de cursos de serviço social ofertados por instituições privadas.

Em nossa pesquisa foram revelados os níveis de formação que os supervisores de estágio estão tendo. Assim, vimos que 57% das entrevistadas possuem especialização. Logo em seguida, é apresentado que 20% possuem mestrado, 20% têm apenas a graduação. Além disto, identificamos que 3% das entrevistadas afirmaram ter graduação em Pedagogia, além de ser formada em Serviço Social. Com isto, vemos que o maior nível de pós-graduação alcançado por elas foi o Mestrado, podendo ser citado que nenhuma possui doutorado.

Diante disto, vemos que a maioria dos profissionais busca algum aprimoramento profissional, pois, como afirma Iamamoto (2006), a importância do projeto ético político que busca se adaptar aos novos desafios conjunturais apresentados, na medida em que se esforça para dar conta das especificidades da questão social, conhecer suas demandas e contra demandas, qualificar o aprendizado e a formação profissional, faz com que seja reconhecida a necessidade de rever as próprias práticas e caminhar rumo ao que se almeja. A autora enfatiza que, para argumentamos sobre o processo de formação profissional, deve-se ter um olhar minucioso sobre a questão social, pois é um fator primordial, o qual fundou a profissão e é um indicativo básico para iniciarmos esta reflexão sobre a formação.

Assim, a ABEPSS (1996) nos permite entender que a concepção da formação profissional e sua relação com a questão social são de caráter fundamental à sua existência, envolvendo os processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho, possibilitando uma apreensão crítica da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

A respeito do tempo de atuação das supervisoras entrevistadas nas instituições em que os discentes da UFAM estagiaram, 33% têm entre 9 meses e 3 anos, 17% estão entre 4 e 8 anos na instituição, 23% têm de 9 a 13 anos de atuação na instituição, 17% possuem entre 14 e 18 anos, 7% têm entre 29 a 33 anos e, por fim, 3% possuem 34 a 38 anos de exercício profissional na instituição.

Ao somarmos os percentuais, identificamos que 50% das entrevistadas têm, no mínimo, 9 anos de experiência profissional na instituição em que atuam, havendo, dentre estas, 10% com mais de 28 anos de experiência. A experiência das profissionais pode indicar maior possibilidade de contribuição na formação dos estagiários, na medida em que estes profissionais já lidaram com diferentes expressões da questão social e tiveram que construir formas de enfrentamento. Por outro lado, a inexperiência pode dificultar o processo de supervisão. Nessa direção, uma das assistentes sociais desabafou que ainda não se sente totalmente segura na nova instituição em que está atuando, visto que suas experiências anteriores não a habilitaram completamente para a atuação na área sociojurídica:

eu aqui cai mais ainda de paraquedas, porque sociojurídico é uma coisa nova entre aspas, então assim eu sofri muito [risos]. Com a minha ignorância, então aqui ainda estou em processo de conquista de espaço e de ganhar o respeito das pessoas aqui, pode ser até reflexo dessa minha formação estranha de quase 10 anos pra sair da faculdade; tive que me locomover de um estado a outro, foram 3 estados. Não sei, foi uma falha na minha formação, eu não entendia muito bem não, eu tive que aprender na marra (Entrevistada n° 15, pesquisa de campo, 2015).

Diante desde dado percebe-se que o supervisor recém-formado, além de não ter suficientemente experiência prática profissional, não possui uma especialização para o exercício da supervisão. Neste caso, o que pode ocorrer com este supervisor é se orientar nos modelos de supervisores que conheceu durante o estágio, quando este era aluno, os quais podem ser, de acordo com Buriolla (1994, p. 132), “a negação da matriz de um supervisor competente, ou um ‘não modelo’”.

Diante do exposto acima, perguntarmos sobre o tempo total que as entrevistadas têm como supervisoras de campo, em toda sua trajetória profissional, mesmo antes de atuarem na atual instituição de trabalho, identificamos que 30% têm um período de 9 meses a 2 anos como supervisoras de estágio, 37% possuem de 3 a 7 anos, 20% há 8 a 12 anos, 3% têm de 13 a 17 anos de supervisão de estágio, 7% de 18 a 22 anos e 3% de 33 a 37 anos.

Ao realizarmos uma comparação com a indagação sobre o tempo de trabalho na instituição, percebemos que, de modo geral, as entrevistadas estão há bastante tempo no campo da supervisão, havendo apenas uma parcela (30%) que atua de 9 meses a 2 anos, ou seja, ainda são iniciantes como supervisoras. Evidencia-se que mais da metade das supervisoras de campo é experiente na área de supervisão de estágio, o que tende a ser um elemento positivo no processo de supervisão, dadas as largas vivências profissionais.

Entretanto, também é possível que as mais jovens, mesmo não dispostas de tanta experiência, se esforcem para responder qualificadamente à responsabilidade de supervisionar os estagiários, ainda que também estejam iniciando na instituição e, algumas vezes, também engatinhando na vida profissional.

Questionamos os supervisores de campo entrevistados sobre o que os mesmos entendem a respeito do estágio supervisionado na formação profissional. E como podemos ver no gráfico 3, dentre as respostas, as mais destacadas equivalem à consideração de que o estágio é um momento para relacionar a teoria e a prática, sendo considerado como um momento imprescindível para a formação, contribuindo significativamente no processo de ensino-aprendizado.

Gráfico 3 – O entendimento dos supervisores sobre estágio na formação profissional.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Lewgoy (2009), em consonância com as Diretrizes Curriculares, afirma que este espaço de aprendizado que é proporcionado pelo estágio traz objetivação das competências e habilidades profissionais, cuja particularidade é ênfase na aprendizagem, baseada em fundamentos teórico-metodológicos em sua dimensão investigativa. Desse modo, entendemos que a supervisão deve ter um olhar voltado para os âmbitos teórico e prático do processo de formação.

Percebemos que algumas supervisoras consideraram que o estágio também é um espaço para aplicação da teoria aprendida na academia, destacando que é um momento em que o acadêmico tem o contato com as expressões da questão social, nos fazendo entender

que consideram o campo de estágio como espaço privilegiado que irá potencializar a formação. Contudo, Santos (2006) nos diz que teoria e prática são relacionadas constantemente e que estes dois eixos da formação são ou, pelo menos, devem ser trabalhados em todos os momentos, sendo o estágio não um momento para a aplicação da teoria, pois esta não é um passo a passo para a prática, mas sim momento em que os conhecimentos adquiridos em sala de aula direcionarão as propostas de intervenção durante a atuação profissional e permitirá que sejam identificadas novas questões a serem investigadas. Junto a isto, nos cabe afirmar que o estágio não é o momento em que o discente pode ter contato com as expressões da questão social, pois elas são abordadas no decorrer das demais disciplinas da formação, como propõem as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Assim, consideramos o estágio como espaço que também permite a maior visualização de propostas para a atuação, mas não campo exclusivo para isto.

A segunda resposta mais dada pelas entrevistadas foi a de que elas consideram o estágio como um espaço para que o profissional em formação entenda melhor a profissão e possa se identificar enquanto profissional, conhecer as rotinas e as demandas dos espaços sócio-ocupacionais, sendo este momento de experiência tanto para o Assistente Social supervisor quanto para o estagiário.

No gráfico anterior podemos visualizar que as entrevistadas também falaram que o estágio é útil para que o estagiário conheça a realidade da prática profissional, adquirindo também experiência sobre a profissão. Podemos acrescentar que neste momento o discente pode conhecer as implicações e os desafios impostos pelas instituições para a profissão, sendo possível visualizar meios para superá-las.

Das entrevistas realizadas verificamos que 38% dos sujeitos revelaram que os estagiários, tanto na esfera pública quanto na privada, são vistos na instituição em que atuam como alguém que vem somente para somar/contribuir com a instituição, 35% informaram que os acadêmicos são vistos como profissionais em processo de formação, já na ótica de 13% dos supervisores de campo, os estagiários são como uma mão de obra auxiliar importante, enquanto 11% disseram que estes acadêmicos são vistos como aprendizes da prática profissional e, por fim, cerca de 3% afirmam que a postura profissional desenvolvida pelo estagiário determinará o modo como o mesmo será visto dentro da instituição que atua.

Diante dos dados percebe-se que os estagiários, em boa parte, são vistos nas instituições em que atuam como alguém que vem para somar/contribuir com a instituição, como advoga a profissional: “Ele é visto como alguém que contribui para atividades,

respeitando sua condição de aprendiz. Uma mão de obra a mais” (Entrevistada n° 9, pesquisa de campo, 2015).

É correto afirmar que, de certo modo, os estagiários acabam contribuindo para a instituição em que atuam. Vale ressaltar que os mesmos não somam apenas como meros contribuidores/auxiliares, mas como pessoas que estão em processo de formação, somando com seus conhecimentos teóricos adquiridos na academia, suas sugestões, com as experiências que trazem para o espaço de estágio, tornando-se inovadores, pois este é momento destes agregarem novos conhecimentos, relacionando teoria e prática, lembrando sempre que a unidade teoria e prática não é um privilégio do campo de estágio, mas pode e deve ocorrer nas disciplinas que antecedem este.

Ou seja, torna-se um momento único na vida do estudante, uma vez que dá a ele a oportunidade de ter contato com a prática profissional, como foi apontado por alguns sujeitos como espaço de constante aprendizado da prática, a fim de aprender como se desenvolve a prática profissional e captar informações importantes para o futuro e utilizá-las enquanto profissional e, ao mesmo tempo, exige dele o aprendizado de algumas das características muito importantes do bom profissional: a responsabilidade e a ética profissional.

Como mencionado anteriormente, 13% das supervisoras de campo relataram que os acadêmicos são tratados, dentro da instituição, como mão de obra auxiliar, revelando-nos assim uma visão deturpada desses estagiários, pois os mesmos não são compreendidos como profissionais em processo de formação, mas sim como apenas uma mão de obra auxiliar. Isso nos levou a uma reflexão sobre o seguinte questionamento: O que tem levado estes estagiários a serem vistos de forma deturpada pelas instituições? Esta pergunta veio a ser respondida, com a fala de uma das supervisoras de campo, que mencionou que a postura desses acadêmicos dentro da instituição definirá como eles serão vistos pela mesma, precisando eles estar dotados de uma postura profissional e ética, a fim de cumprir com seu papel, colaborando assim para o crescimento de sua formação profissional e de sua categoria.

Não podemos deixar de considerar que o assistente social/supervisores de campo enfrenta relações de forças de poder como nos explica Faleiros (2011), como um processo complexo, de lutas por mecanismos e estratégias. Nesse contexto, o estagiário também precisa assumir uma postura profissional diante dos desafios que se apresentam no espaço institucional.

Notou-se a importância das academias trabalharem melhor a discussão do Código de Ética da Profissão, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), bem como a Lei de Estágio do curso, antes desse acadêmico adentrar ao campo de estágio

supervisionado, em consonância com as demais disciplinas, visto que assim como o supervisor de campo está inserido como assistente social em um ambiente de relação de forças de poder, os estagiários também estão submetidos a essa relação, tendo que assumir uma postura ética profissional.

As entrevistadas reforçam a importância de averiguar a formação que vem sendo oferecida a este acadêmico, não somente no âmbito da UFAM, mas de todas as faculdades de Serviço Social de Manaus, já que elas supervisionam acadêmicos de diferentes instituições. Para elas, os reflexos da formação conduzida são nitidamente explicitados no campo de estágio, assim como a relação do professor de ensino com o supervisor de campo, no caminhar de uma formação qualificada.

Destacamos aqui que esses estagiários contemplam não somente o âmbito público, mas também o privado, conforme nos comentou a supervisora de campo:

Eu gosto, eu entendo a necessidade, pode até ser uma coisa preconceituosa, mas eu já até me arrependi um pouco, mas eu falo bem assim “entre dar oportunidade a uma pessoa da pública ou da privada, eu ainda prefiro a pública”. Porque assim eu **penso que a gente precisa fortalecer a educação pública**, então eu dou prioridade de público, só tem a UFAM mesmo, eu tenho uma tendência de escolher alunos da UFAM, não vou mentir para você, eu penso que a gente tem que fortalecer as intuições públicas, ainda, mas que **estamos vendo que está acontecendo a privatização da educação cada vez mais. Em vez deles investirem mais na UFAM e na UEA, eles estão cada vez dando mais bolsas, dando dinheiro para os empresários, para as universidades particulares.** Então assim, se eu puder dentro de todo esse processo de avaliação que eu falei que faço de seleção, eu dou prioridade para os alunos da UFAM, porque eu penso que tem que fortalecer a educação pública. (Entrevistada n° 15, pesquisa de campo, 2015, grifo nosso).

Conforme a fala das supervisoras de campo de estágio, percebemos que os acadêmicos da universidade pública se mostram mais questionadores e críticos diante das situações cotidianas impostas a eles. As falas das supervisoras nos sugerem que alguns acadêmicos das instituições privadas não são tão críticos, executando assim tarefas que não competem a sua profissão, e diante disso não tomam uma postura profissional estabelecido com o Código de Ética Profissional, tornando-se assim meros apoios no âmbito do estágio, passando uma visão como mencionada pela supervisora.

Na visão das entrevistadas, os acadêmicos de instituições privadas são formados para atender as demandas do mercado de trabalho de forma rápida, sendo trabalhada a prática profissional e não tendo uma reflexão sobre esta prática, tornando-se meros executores, sem possuir uma visão crítica da sua realidade. Isso nos relembra o profissional de antigamente,

que era um mero executor de tarefas, sem reflexão de seus atos profissionais, como visto em Netto (2011).

Os depoimentos nos indicam a necessidade de que as instituições de ensino em Serviço Social em Manaus, de modo geral, realizem uma análise de como vem sendo conduzida a formação desses acadêmico-estagiários. Nessa perspectiva, o Grupo de Pesquisa Estradas, ao qual estamos vinculadas, está desenvolvendo um projeto com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq para analisar a formação profissional do assistente social no Estado do Amazonas.

Quando questionados se havia política de estágio na instituição que atuavam, 77% dos sujeitos da pesquisa responderam que sim, porém destes, 7% não justificaram suas respostas, enquanto isso, 23% informaram que não há política de estágio dentro da instituição.

Das que afirmaram a existência de uma política de estágio, todas ressaltaram a obediência à legislação que rege o estágio. Uma profissional explica que, para adentrar a instituição, “o estagiário é contratado via CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, ele tem horário certo, remunerado, direito e deveres.” (Entrevistada n° 9, pesquisa de campo, 2015). E ainda: “O vínculo empregatício um contrato de 2 anos de acordo com a lei de estágio n° 11.788./2008” (Entrevistada n° 7, pesquisa de campo, 2015).

As supervisoras que afirmaram a existência de uma política de estágio enfatizaram que a mesma está em consonância com a dimensão ético-política da profissão e as demandas institucionais, respeitando a lei de estágio, permitindo tempo para que os acadêmicos estudem nos seus horários, relacionando a prática com a teoria, realizando assim palestras educativas e leituras, tudo baseado na lei de estágio.

De acordo com a Lei de Estágio, sancionada no dia 25 de setembro de 2008, vemos que os estudantes inseridos no campo de estágio gozam de vários benefícios:

(...) pode-se destacar, o recesso remunerado de 30 dias após um ano de estágio ou proporcionais para prazos menores, vale transporte, seguro quanto acidentes pessoais, carga horária de 30 horas semanais (6 horas/dia) e de duração de estágio de, no máximo, dois anos.

Em contrapartida, ao que foi mencionado anteriormente, vemos que 23% das supervisoras de campo afirmaram que não há política de estágio dentro das instituições em que atuam. O que ocorre na realidade é uma espécie de “política interna” do setor de Serviço

Social ou da própria supervisora de campo, que demarca certas regras a serem cumpridas pelos estagiários e formas de acompanhamento pelo supervisor.

Em conformidade com a fala de algumas das supervisoras, vemos que a realização do trabalho é definida dentro do setor é definido pela supervisora juntamente com o aluno, visto que não há uma política formalizada. Isso não significa que não haja ordenamento no exercer profissional desse estagiário, pois o mesmo realiza suas atividades regularmente.

É interessante destacarmos a importância da política de estágio nas instituições, como forma de amparo ao estagiário, definição de papéis e demarcação desse processo como espaço de aprendizado e não de suprimento da falta de mão de obra na instituição. De igual modo, é importante que também as faculdades disponham de suas políticas de estágio, as quais devem ser conhecidas pelos estagiários, supervisores de campo e supervisor acadêmico.

De acordo com os dados, todas as entrevistadas afirmaram gostar de supervisionar, justificando em sua maioria (44%) pelo fato da troca de conhecimento e experiência que este momento propicia ao supervisor de campo, ao mesmo tempo aos estagiários também. Outros 22% ressaltaram a contribuição para formação, 14% enfatizaram a possibilidade de poderem conhecer melhor a área de trabalho, 12% pela oportunidade de atualização, 6% porque acreditam que os estagiários ajudam na instituição, por ser necessário, enquanto 2% destacaram que o estágio aproxima a teoria da prática.

Como mencionado acima, as supervisoras de campo apreciam supervisionar estagiários, embora não deixem de salientar o desafio que é exercer esse papel. Antes mesmo de fazermos formalmente a pergunta sobre como se sentem enquanto supervisoras, a expressão corporal, o olhar, o sorriso, o carinho demonstrado pelas entrevistadas, já nos deram pistas de que se sentem felizes em poderem contribuir para a formação de futuros profissionais.

Como tínhamos um roteiro e não havíamos estabelecido como objetivo da pesquisa, não entramos nos pormenores do que é ser supervisor. Futuras pesquisas podem ainda se debruçar sobre essa questão e responder a algumas indagações: Como foi o seu processo de supervisão (experiência enquanto estagiário)? Quais suas experiências vivenciadas no campo de estágio? Como foi o início da experiência de ser supervisor de campo? Como as mesmas vêm se preparando para este papel na formação?

Como nos apresenta Buriolla (1994, p. 159), “a maneira de executar os papéis está determinada pela concepção que se tem de homem, de mundo, da profissão, dos profissionais, da educação etc.” Desta forma, dependendo do olhar pelo qual se faz leituras dessas realidades e das experiências vividas no seu processo de ensino-aprendizado, sendo positiva

ou negativa, é que vai se direcionar a ação do supervisor. Uma das supervisoras contou um pouco de como tinha sido sua experiência como estagiária:

Eu tive uma chefe de um setor, ela não era muito receptiva a fazer supervisão de estágio. Hoje eu entendo o porquê, é uma coisa que dá trabalho [...]. **Então é assim, supervisionar, se você for fazer uma coisa séria mesmo é uma coisa que dá trabalho, mas, apesar de tudo, eu gosto, desde que a pessoa queira ser supervisionada.** (Entrevistada n° 15, pesquisa de campo, 2015, grifo nosso).

Nota-se o desafio que algumas supervisoras encontram em supervisionar, havendo relatos de que, em meio a erros e certos, a supervisora foi conduzindo a supervisão, com buscas de leituras para relacionar a teoria com a prática. Pelo que percebemos, este processo pode implicar muitas vezes numa visão deturpada deste estagiário, fazendo com que o estágio se constitua numa experiência sofrida, desmotivadora e com pouco aprendizado sobre a prática profissional. A própria supervisora menciona:

Quando eu comecei a supervisionar eu me senti um pouco perdida, eu não sabia o que eu ia fazer, você cai meio de paraquedas nas coisas, é um sofrimento [...]. Então assim eu sofri muito [risos]. Com a minha ignorância, então aqui ainda estou em processo de conquista de espaço e de ganhar o respeito das pessoas aqui, pode ser até reflexo dessa minha formação estranha de quase 10 anos pra sair da faculdade (Entrevistada n° 15, pesquisa de campo, 2015).

Aqui nitidamente percebemos a importância de uma formação bem conduzida tanto pela universidade quanto pelos acadêmicos. Por isso, sim, a postura do supervisor de campo, como assistente social influencia sobre o estagiário, mas o acadêmico também tem que possuir um posicionamento ético profissional diante de situações que lhe são impostas.

Diante disso, vemos que é necessário que, assim como o acadêmico/estagiário precisa ter uma formação que lhe permita o conhecimento sobre as expressões da questão social e as possibilidades de seus enfrentamentos, de acordo com o projeto profissional, o Assistente Social supervisor de campo também precisa saber relacionar os eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão, mantendo uma rotina de estudos que lhe permita acompanhar e contribuir positivamente no ensino-aprendizado do estagiário.

Como destacamos anteriormente, grande parte sinalizou que gostar de supervisionar, porque este momento proporciona troca de experiência/ saberes construtivos tanto para supervisor quanto para o estagiário-acadêmico. Por isso, o estágio também é interpretado pelas entrevistadas como espaço de ensino aprendido para todos os envolvidos, como narra a assistente social.

Eu me dedico muito, estou sempre com os estagiários. Aprendo com os estagiários. A troca permite que eu me mantenha atualizada; me realizo com isso. Tenho compromisso com a categoria profissional. É uma função de responsabilidade junto ao tribunal, à universidade e à categoria. É extremamente exigente. Sinto que plantei algo de útil e deixei minha marca nos meus estagiários. Sou enérgica quando precisa. É uma atribuição tão responsável quanto a do mestre em sala de aula. (Entrevistada n° 1, pesquisa de campo, 2015).

Outro ponto mencionado pelas supervisoras de campo foi de estas estarem podendo contribuir para a formação desses acadêmicos, considerando-os futuros profissionais. Daí a importância do papel de supervisor de campo, o compromisso com a categoria profissional, a possibilidade de propiciar maior esclarecimento sobre a prática profissional.

Para as entrevistadas, a supervisão permite contribuir para a formação profissional dos futuros assistentes sociais que buscam conseguir um espaço no mercado de trabalho, fazendo com que conheçam melhor sua área de trabalho. É a possibilidade de fazê-los também se encantar ainda mais pela profissão e ainda manter-se atualizada.

Como Lewgoy (2009, p.133) nos reafirma, o supervisor tem oportunidade de adquirir novos conhecimentos e inteirar-se com competência e atualidade e o supervisionado tem a chance de refletir a prática e se beneficiar pela experiência do supervisor. Ambos estão comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem.

[A supervisão] dá oportunidade, para nós assistentes Sociais e os discentes, [permite] a troca de conhecimento e o repasse sobre os desafios encontrados na profissão, para que seja desenvolvida com comprometimento, trazendo ao futuro profissional uma formação mais qualificada e competente (Entrevistada n° 19, pesquisa de campo, 2015).

Ao questionarmos sobre a metodologia adotada para a realização da supervisão aos acadêmicos, as profissionais mencionaram observação, leitura e prática (25%),

acompanhamento diário (22%), acompanhamento individual (19%), reforço à dimensão ético-política, com destaque à postura profissional (17%), definição de atribuições (11%) e reuniões semanais (6%).

Os relatos nos indicam um esforço de estabelecer a relação entre teoria e empiria, mas também uma preocupação com o cumprimento das obrigações institucionais. A referência ao acompanhamento diário, acompanhamento individual e a reuniões semanais não deixa de também explicitar uma preocupação com as tarefas próprias dos setores aos quais os estagiários estão vinculados, como preenchimento correto de fichas, elaboração de encaminhamentos e pareceres, registros das atividades etc.

Por compreenderem que os acadêmicos estão em processo formativo, as supervisoras indicaram um cuidado quanto à discussão sobre a conduta profissional diante dos usuários e dos demais profissionais da instituição, por compreenderem que o estágio também é o momento de construção do perfil profissional, o qual deve ser permeado por respeito às diferenças, condução ética dos processos, bom trato aos usuários etc.

Como estão acompanhando sistematicamente os estagiários, solicitamos às entrevistadas que avaliassem a formação conduzida pelas faculdades de Serviço Social em Manaus (de um modo geral) e nos indicassem os aspectos da formação profissional que julgam necessitar de maior atenção, ou melhor, que podem ser potencializados no curso. As respostas estão sintetizadas no gráfico 4.

Gráfico 4 – Elementos da formação em Serviço Social que devem ser melhorados segundo os entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

De acordo com alguns dos supervisores de estágio, as faculdades de Serviço Social devem abrir maior espaço para o diálogo entre supervisores de ensino e de campo. Tal abertura propiciaria um maior rendimento, no que diz respeito à reflexão que esse acadêmico terá quanto ao fazer profissional, associando assim a teoria juntamente com a prática, podendo atuar com maior firmeza e segurança diante dos problemas sociais.

Oliveira (2009) e Boschetti (s/d) *apud* Ramos (2009) argumentam que é importante que haja essa supervisão conjunta para que haja o processo de reflexão, da parte do acadêmico, devendo ser esse processo de supervisão ser realizado em relação de cooperação e intercâmbio entre faculdades e campo de estágio, reafirmando assim a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Na carência de uma maior relação entre essas duas instâncias, temos como resultado acadêmicos fragilizados no que diz respeito à relação teoria e prática. Como podemos ver, cerca de 24% dos entrevistados afirmam que os conteúdos dados em sala de aula devem dialogar com a prática. Deve-se trabalhar a dinâmica, a fim de que se promova uma interação contínua entre a teoria e a prática, melhorando assim o desempenho do acadêmico na instituição em que atua.

De acordo com Assis e Rosado (2012), mesmo que a teoria e a prática possuam características distintas, elas devem ser pensadas em unidade, pois se realizam mutuamente em totalidade. Ressaltamos aqui que não se tratam de assuntos soltos, sem qualquer tipo de ligação, mas sim que se autoalimentam e complementam. Como nos traz o gráfico, 22% dos supervisores entrevistados afirmam que a partir de suas supervisões é aparente que as faculdades devem enfatizar em sua matriz teórica uma maior discussão a respeito da questão da dimensão ético-política, a fim de levar o aluno a ter uma maior compreensão crítica das profundas mudanças que se processam no mundo contemporâneo (IAMAMOTO, 2014).

Lewgoy (2009) afirma que o estágio, ao articular formação e exercício profissional, abarca a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção de processos sociais que são componentes da relação entre a teoria e a prática. Isso nos remete à importância de oportunizar ao aluno uma maior discussão das relações sociais, históricas, políticas, econômicas, entre outras, a fim de que ele possa atuar frente aos problemas que permeiam nossa sociedade.

Vemos também que um dos pontos citados na pesquisa de campo é o fato de não haver disciplinas voltadas às particularidades regionais no que diz respeito ao estudo das expressões da questão social, visto que as faculdades formam profissionais que, por sua vez, atuarão no estado do Amazonas, e que por isso devem ter uma noção mais aprofundada da realidade de

seu próprio estado.

Sabendo disso, vimos a partir da visão dos supervisores de campo que a leitura feita na universidade em relação às políticas públicas ainda é muito fraca. De acordo com 11% dos entrevistados, a academia não aponta, de maneira enfática, tal leitura em sala de aula. Isso impede com que o acadêmico tenha uma visão ampla no que diz respeito à política social.

Ao questionarmos especificamente sobre a formação conduzida pelo curso de Serviço Social da UFAM, 57% das entrevistadas a qualificaram como boa e 43% como ótima. Nenhuma supervisora de campo a classificou como regular ou insuficiente, o que é um indício de que a formação tem respondido às demandas profissionais, em consonância com o que propõem as diretrizes curriculares da ABEPSS.

A partir da fala das supervisoras, notamos que mais da metade sinalizou como boa a qualidade do ensino conduzido pela formação da UFAM, justificando que considera como boa pelo fato de no estágio poderem perceber a troca de ideias e ensinamentos, dada a qualidade dos estagiários em termos de fundamentação teórico-metodológica. Alguns sujeitos fizeram comparação com as outras faculdades de Serviço Social da capital, justificando que a UFAM oferece o tripé ensino, pesquisa e extensão, enquanto as demais estão muito restritas ao espaço da sala de aula. Com isso, julgam que os acadêmicos da UFAM são mais questionadores, ariscam e inovam, na medida em que também são incentivados pelos professores ao exercício da criticidade e criatividade.

As profissionais (que classificaram como boa) argumentaram que não qualificaram a formação como ótima por ainda visualizarem a necessidade de o professor trabalhar a inserção desses alunos, com professores de outros departamentos, ampliando seus horizontes para além do serviço social, agregando novos conhecimentos e assim fazendo a relação com o Serviço Social. Algumas falas ilustram essa avaliação:

Por causa da preocupação de garantir o tripé e o compromisso com a produção de ciência. Ter preocupação com que a profissão ganhe respeito na sociedade. Falta, em minha opinião, um pouco de prática. Mas essa coisa da universidade pública tem de produzir ciência, da cientificidade do profissional, de ter preocupação com a teoria, com a produção de conhecimento pra mim é essencial; a gente não deve abrir mão disso, como te falei; a gente deve casar as duas coisas. Se é para ficar uma deficiência, que fique no atendimento ao mercado. Que na formação temos de ser profissionais autodidatas, que ela nunca termina, nunca está completa, que a gente tem que estar sempre estudando até o último dia da nossa vida, apesar do sofrimento que causa e do desgaste.” (Entrevistada n° 15, pesquisa de campo, 2015).

Não considero ótima, pois tudo pode ser melhorado a cada dia. É importante, como foi citado acima, maior preparo dos alunos quanto aos instrumentais. Existem profissionais que vão para a prática sem saber um relatório, entre outros. (Entrevistada n° 20, pesquisa de campo, 2015).

É válido ressaltar que uma entrevistada fez menção às greves como um impeditivo para a excelência da formação conduzida pela UFAM. A esse respeito, cabe-nos dizer que nossa profissão tem o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, razão pela qual não concordamos com o argumento de que a greve prejudica a formação, pois, sendo esta uma estratégia de luta pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, sua ocorrência contribui para que a universidade mantenha seu caráter público e com que haja maior pressão para a melhoria das condições de trabalho e, por conseguinte, de melhoria do ensino.

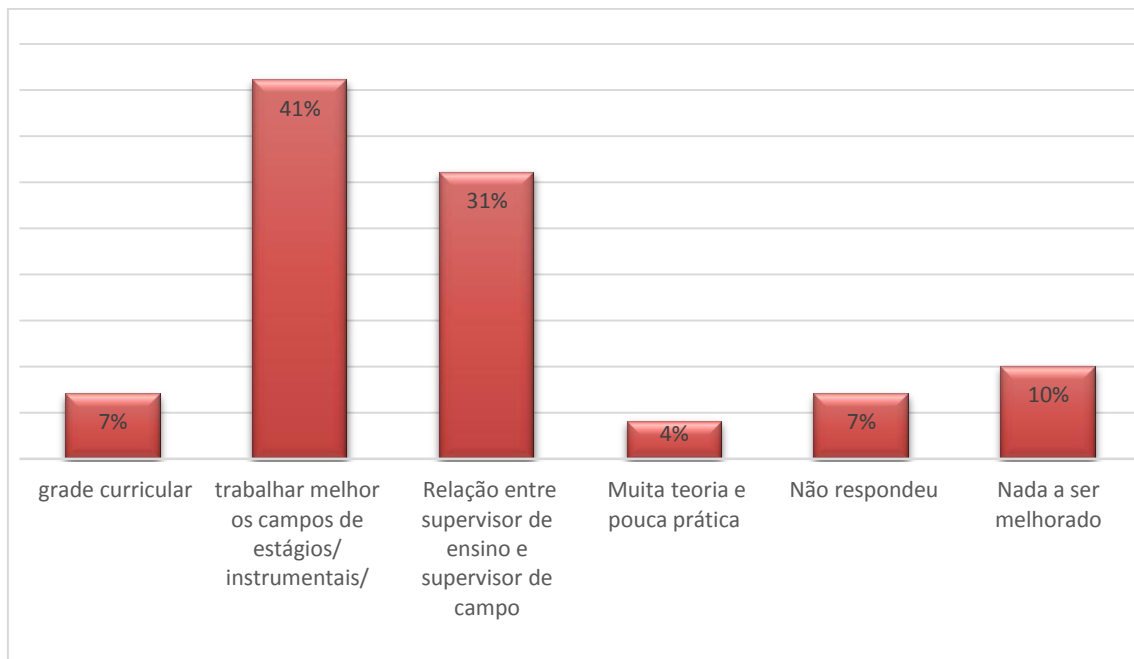
De acordo com as supervisoras de estágio, a formação profissional conduzida pelo curso de Serviço Social da UFAM se mostra diferenciada em relação às outras faculdades, pela qualidade. Podemos ver que 25% das supervisoras apontam como ponto forte na formação da UFAM a qualificação do quadro docente. Segundas elas, o quadro docente da Universidade mostra um compromisso ético maior com a categoria de Serviço Social, 24% mencionaram que o comprometimento dos discentes para com o curso faz com que a qualidade da formação seja ampliada.

A pesquisa nos indica que 21% das entrevistadas reconhecem como válido o cumprimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, o que permite ao discente um conjunto de vivências que potencializa ainda mais a formação. Para elas, essas experiências, sobretudo em pesquisa, permitem aos discentes serem mais questionadores e críticos, além de bastante empenhados nas suas atividades.

As falas de 18% das supervisoras valorizam a forte base teórica, que instrumentaliza o estagiário para uma melhor inserção no campo de estágio; 9% ressaltaram a ética profissional bem discutida teoricamente, a qual se reflete na conduta desses estagiários nos espaços sócio-ocupacionais. Somente 3% não responderam esta pergunta.

Após indagarmos sobre as potencialidades também quisemos conhecer as fragilidades da formação sob a ótica das assistentes sociais entrevistadas. Salta aos olhos, no gráfico 5, a referência a um despreparo para a prática profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, sobretudo em termos de trato dos instrumentais de trabalho, visto que muitos estagiários, segundo os depoimentos, desconhecem o que é um laudo, um parecer, dentre outros instrumentais próprios de cada área (saúde, sociojurídico, assistência social etc.).

Gráfico 5 – Aspectos a serem melhorados no Curso de Serviço Social da UFAM



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentre os supervisores entrevistados, 7% reforçaram a necessidade de revisão da matriz curricular, o que, aliás, já está em curso no Departamento de Serviço Social. Esta pesquisa também se propõe a oferecer elementos para a reflexão dentro desse processo.

Uma problemática exposta por 4% dos supervisores de campo de estágio foi a de que a academia foca muito na teoria, esquecendo-se de dar mais ênfase à prática profissional. Para eles, a partir de suas supervisões, é visto que a universidade não busca capacitar o aluno para a prática profissional, prendendo-o somente à teoria e trabalhando pouco a prática. Como resultado, temos alunos sem maiores bases para o fazer profissional e que raramente conseguem estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática.

As falas nos aparentam uma ânsia de que a teoria deva ser totalmente aplicada na prática, como uma receita. Forti e Guerra (2013, p. 05), ao discutirem a relação teoria e prática, criticam essa concepção:

[...] é a ideia que se alimenta de uma concepção que considera possível a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicadas aplicáveis na realidade.

O que as autoras nos trazem é a necessidade de haver, dentro da formação, mais espaços que estimulem os acadêmicos a pensar o fazer profissional, a fim de poderem, com mais segurança, fazer a mediação entre aquilo que foi aprendido dentro da sala de aula e as demandas que se apresentam no estágio. É interessante que a universidade abra mais espaço para o diálogo entre a teoria e a prática, pois ambas se complementam, necessitando assim de uma interação que atue com frequência.

Ainda na discussão acerca de teoria e prática, deve-se atentar para o campo de estágio, reconhecendo-o como extensão do ensino estabelecido pela universidade e que, por isso, os atores que o compõem devem estar em constante diálogo. De acordo com 41% dos entrevistados, deve-se trabalhar melhor os campos de estágio, como explica a entrevistada: “Acho que uma melhor discussão da realidade dos campos de estágio, suas condições, ambiente de trabalho, a demanda oferecida, enfim, apresentar aos estagiários o perfil da instituição o que o mesmo deverá ser inserido” (Entrevistada nº 12, Pesquisa de Campo, 2015).

Para as supervisoras, o espaço onde o acadêmico irá atuar, relacionando a experiência de sala de aula, deve ser mais bem valorizado, uma vez que é nesse ambiente que o acadêmico terá (ou pelo menos, espera-se que tenha) um preparo para a vida profissional, solidificado e bem estabelecido pela formação.

Com importante percentual, 31% dos supervisores entrevistados enfatizaram que a relação entre supervisor de ensino e supervisor de campo precisa estar em maior proximidade. A fala da entrevistada nº 5 ilustra bem essa questão: “Deve-se haver maior comunicação entre os supervisores de campo e professores de estágio, uma ligação maior e melhor estabelecida entre a universidade e o campo de estágio” (Pesquisa de Campo, 2015).

Um questionamento levantado por grande maioria dos supervisores foi o de que não há dentro da universidade um espaço que reúna os supervisores acadêmicos e de campo, a fim de que os mesmos possam dialogar sobre as dificuldades enfrentadas por ambos os lados, podendo a partir dessas discussões montar estratégias entre a academia e o campo de estágio.

De acordo com Lewgoy (2009), há uma preocupação quanto a como ensinar aos alunos competência e habilidades e as atribuições requeridas aos assistentes sociais. Esse processo exige dos profissionais envolvidos um modo diferente de trabalhar com os estagiários quanto à abordagem aos usuários. Dessa forma, podemos perceber que ambas as supervisões, tanto de ensino como de campo, precisam estar em sintonia com o projeto pedagógico, devendo preocupar-se com o direcionamento dado aos acadêmicos.

De acordo com a nova Lei de Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), em conformidade com o artigo 9º, o número máximo de estagiários sob supervisão é de até 10 (dez) estagiários simultaneamente, com uma jornada de atividades de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior. Em contrapartida, a Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, indica o máximo de 4 (quatro) estudantes por supervisor de campo para uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas de semanais de trabalho.

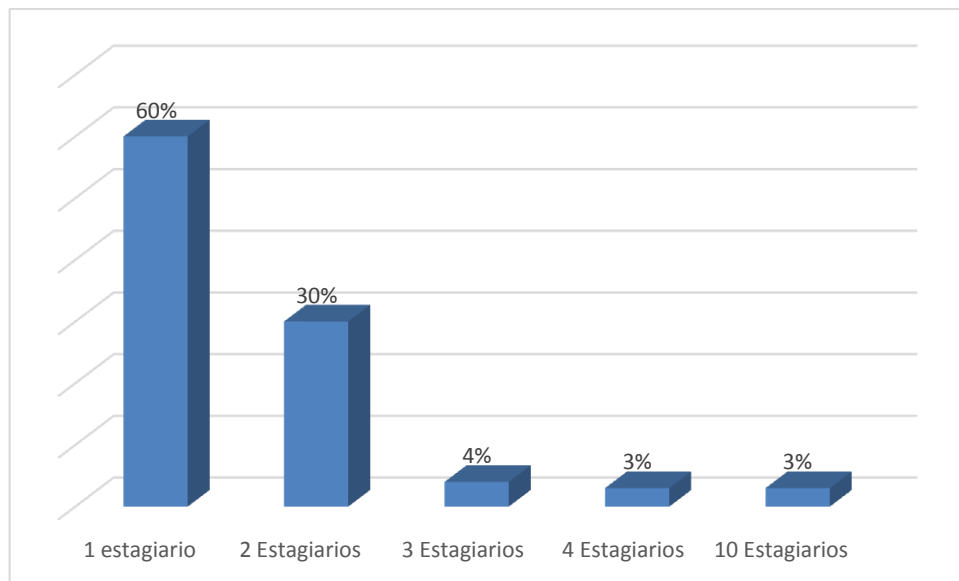
A pesquisa revelou que 79% dos supervisores entrevistados possuem uma média de 2 (dois) a 4 (quatro) estagiários e 21% ultrapassam esse número, estando eles com um número de estagiários por supervisor entre 6 (seis) e (quinze). É importante frisar que, destes últimos, apenas 3% referiram possuir 15 estagiários e 9% 10 estagiários.

É notório que o número de estagiários por supervisor interfere na qualidade do processo de supervisão de estágio, uma vez que um supervisor que tem sob sua supervisão até 4 (quatro) estagiários terá uma maior facilidade no que diz respeito ao monitoramento desses alunos, a fim de acompanhá-los em suas atividades diárias. Porém, o que possui até 15 (quinze) estagiários, certamente não poderá oferecer a mesma qualidade de acompanhamento.

É nessa preocupação que o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS dispõe de uma resolução para tratar especificamente da supervisão de estágio, que é uma atribuição privativa do assistente social. Ora, se queremos uma formação de qualidade, como isso será possível sem um acompanhamento mais sistemático? O CFESS não defende a sobrecarga do profissional e a má qualidade do ensino, por isso, entende que é preciso lutar para que o assistente social, amparado na resolução acima, supervisione, no máximo, um estagiário para cada 10 horas de trabalho.

É importante dizer que as supervisoras de campo acompanham estagiários de diferentes instituições de ensino. Por isso, quisemos saber quantos estagiários supervisionados eram do Curso de Serviço Social da UFAM (gráfico 6):

Gráfico 6 – Número de estagiário da UFAM sob supervisão



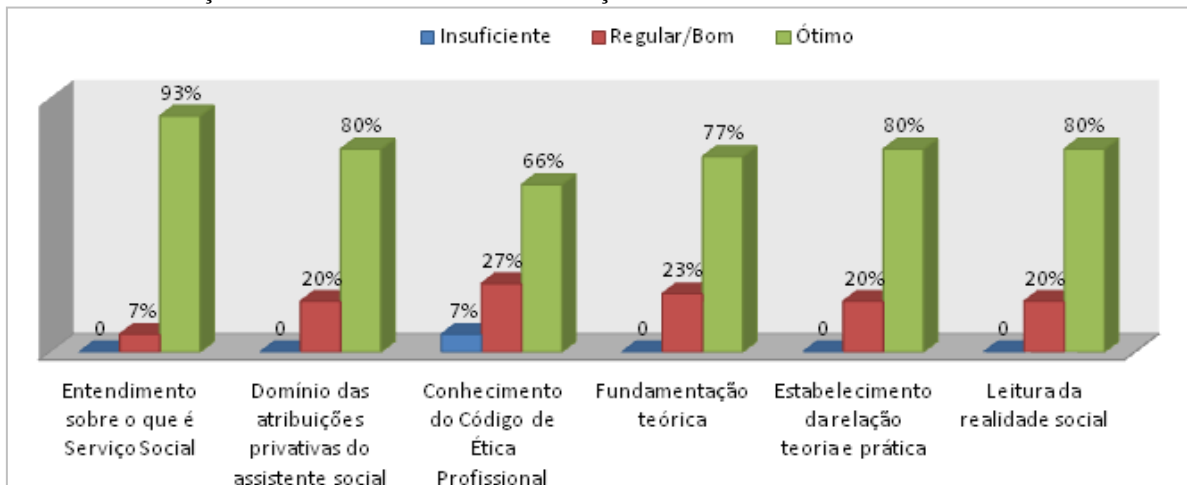
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O contraste do gráfico acima com o total de estagiários por supervisor nos indica que muitos profissionais estão sobrecarregados, porque acompanham, ao mesmo tempo, acadêmicos de diferentes instituições. Pelo que avaliamos, os alunos da UFAM não constituem a maioria dos supervisionados, a não ser nos campos específicos da UFAM.

Esse dado nos remete novamente à proliferação dos cursos de Serviço Social na cidade de Manaus. Até a década de 1990, a UFAM era a única formadora nessa área. Entretanto, na contemporaneidade, temos mais de uma dezena de instituições que oferecem o curso nas modalidades presencial e a distância. Esse aumento reflete na elevada quantidade de alunos por supervisor, visto que, em muitos casos, o próprio campo de estágio estabelece convênio com distintas instituições formadoras e aceita um número amplo de estagiários. Então, sendo a supervisão de estágio uma atribuição privativa, somente o assistente social pode exercê-la.

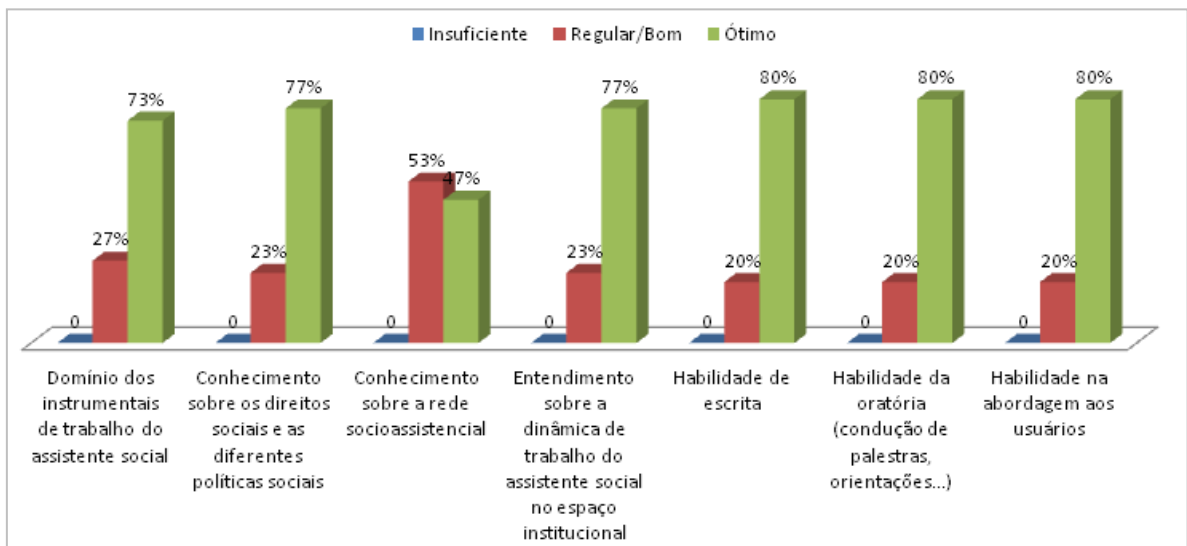
Olhando unicamente para os alunos da UFAM, solicitamos aos supervisores de campo que procedessem a uma avaliação acerca da qualidade dos acadêmicos supervisionados nos últimos 5 (cinco) anos, sob vários aspectos, atribuindo notas de 0 a 5. Explicamos que de 0 a 1 seriam notas ruins (abaixo da média), de 2 a 3 bom ou regular (notas intermediárias) e, por fim, 4 a 5 ótimo (pontuação máxima). Ressaltamos que nenhuma supervisora se recusou a responder. Dividimos os dados colhidos em dois gráficos para melhor compreensão da análise realizada (gráficos 7 e 8):

Gráfico 7 – Avaliação sobre os alunos do curso de serviço social da UFAM – Parte 1.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 8 – Avaliação sobre os alunos do curso de serviço social da UFAM – Parte 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Diante das respostas dos sujeitos, percebe-se que, em sua grande maioria (93%), os acadêmicos vêm apresentando um bom entendimento do que é Serviço Social, o que nos demonstra que o curso de Serviço Social da UFAM vem trabalhando eixos que deixam claros o que este curso pretende, assim como qual o papel do assistente social, como profissão regulamentada pela lei federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993, sendo este que faz o planejamento e a execução de políticas públicas e de programas sociais voltados para o bem estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade.

É importante destacar que o Serviço Social, como esclarece Iamamoto (2014), é uma profissão que vivencia o desafio constante de se articular à realidade social, visto que “não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade” (p. 55). Por essa razão, é indispensável que a formação disponha de boa base de fundamentação teórico-metodológica e instrumentalize para a leitura/análise desta realidade. A esse respeito, as supervisoras também consideraram que os estagiários têm mostrado competência para esta leitura (80%) e ótima fundamentação teórica (77%). Trata-se de um curso que dá base ao aluno para compreender e analisar a realidade social numa perspectiva histórica, crítica e propositiva. A matriz curricular inclui sociologia, teoria do conhecimento, ciência política, antropologia, psicologia, filosofia, economia e formação sócio-histórica do Brasil, disciplinas que ajudam nesse processo de leitura do mundo.

Quanto ao domínio das atribuições privativas, 80% dos entrevistados avaliam como ótima a capacidade dos acadêmicos de entender o que compete exclusivamente ao assistente social desenvolver. O artigo 5º da Lei 8662/93 trata especificamente destas atribuições, que incluem: coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos no âmbito do serviço social; assessoria e consultoria em matéria de serviço social; vistorias, perícias, emissão de laudos e pareceres sociais; magistério em matérias que exijam conhecimentos específicos de serviço social; supervisão direta a estagiários; coordenação de curso de serviço social; dentre outras.

Em termos de conhecimento do código de ética, ainda que, majoritariamente, a avaliação seja ótima, merece destaque que 7% julgaram tal domínio como insuficiente e 27% como regular ou bom. Tais dados, apesar de menos citados pelas entrevistadas, são fonte de preocupação e dignos de uma reflexão no âmbito do curso, pois é imprescindível que os futuros profissionais entendam, conheçam e vivam o Código de Ética, que, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Nacionais, constituem os pilares da formação profissional, como defende Iamamoto (2014). Esse trinômio expressa muito bem o que denominamos de projeto ético-político profissional.

Mais do que um normatizador de direitos e deveres, o Código de Ética exprime um projeto coletivo de profissão, indica o *ethos* profissional construído historicamente pela categoria. Nessa direção, Barroco (2008, p. 69) enfoca que tal *ethos* diz respeito ao “modo de ser construído a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão”.

O serviço social defende veementemente a indissociabilidade entre teoria e prática, razão pela qual Lewgoy (2009) defende o estágio como espaço privilegiado para o aluno fazer

a mediação entre ambas, compreendendo que esta relação não pode ser limitada ao estágio, por isso, é fundamental que as disciplinas, seminários e atividades complementares potencializem essa interação.

As supervisoras, em sua maioria (80%) julgaram que os estagiários da UFAM são ótimos quanto ao estabelecimento da relação da teoria e prática. Este dado desmente o jargão “na teoria a prática é outra”, indicando-nos que a UFAM vem, portanto, levando seu acadêmico a esta reflexão, para que o mesmo enxergue que a teoria precisa da prática e vice-versa.

Para a realização de seu trabalho e a viabilização dos direitos, o assistente social lança mão de um conjunto de instrumentais e técnicas, que envolvem entrevista social (ficha social), estudo socioeconômico, laudos e pareceres sociais, encaminhamentos sociais, visita domiciliar etc. Acerca dos instrumentais de trabalho, 73% das supervisoras consideraram como ótimo o domínio dos acadêmicos, o que denota que a formação tem habilitado positivamente para o exercício profissional.

A propósito do entendimento sobre a dinâmica de trabalho do assistente social no espaço institucional e sobre os direitos sociais e as diferentes políticas sociais, os sujeitos evidenciaram que a maioria dos estagiários (77%) tem domínio desses conhecimentos. A boa análise institucional favorece uma melhor intervenção e, por conseguinte, amplia as possibilidades de facilitar o acesso dos usuários aos seus direitos.

Se, por um lado, as entrevistadas ressaltaram o ótimo conhecimento dos estagiários sobre as políticas sociais e direitos sociais, por outro, apontaram que há fragilidade desses mesmos estagiários quanto ao conhecimento sobre a rede socioassistencial, que diz respeito à articulação entre os diferentes serviços e políticas sociais. Em 53% das respostas o conhecimento sobre a rede é julgado como regular ou bom, visto que muitos alunos demonstram domínio sobre a legislação social em torno da política, mas não sabem como operacionalizar o direito, desconhecem os órgãos existentes em cada área, suas competências, os serviços e benefícios viabilizados etc. Esse dado denota a necessidade de que o curso possa reavaliar a condução das disciplinas para que estas contemplem a operacionalidade das políticas sociais, pois, pelo que relataram as supervisoras, nesse aspecto há pouca relação entre teoria e prática, na medida em que os estagiários conhecem teoricamente a política, mas não a conhecem em termos práticos.

Identificamos uma semelhança das pontuações no que tange à habilidade de escrita, habilidade da oratória e habilidade na abordagem aos usuários, consideradas como ótimas por 80% das entrevistadas. Esses dados são interessantes, porque durante todo o curso são

desenvolvidas muitas atividades que estimulam o pensar crítico e o bom encadeamento de ideias, como produção de resenhas, fichamentos, trabalhos escritos, resumos, provas discursivas, artigos, seminários, apresentações lúdicas etc.

Por fim, percebe-se que os acadêmicos do curso de serviço social da UFAM, nos últimos cinco anos, têm expressado boa formação profissional, que reflete na atuação como estagiários nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. A avaliação das supervisoras indica limitações dos acadêmicos quanto ao conhecimento teórico-prático do código de ética e da rede socioassistencial. Tais quesitos demandam uma urgente atenção do curso de Serviço Social, porque são elementos fundamentais ao exercício profissional e que têm se mostrado frágeis.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os reflexos da formação teórico-metodológica no estágio supervisionado do Curso de Serviço Social da UFAM nos aproximou da nossa realidade acadêmica, como também do espaço de estágio, assim como fez olhar a formação profissional, na ótica dos supervisores de campo sob uma nova perspectiva. A aproximação com a pesquisa, com as literaturas, com a verificação da formação profissional no estágio supervisionado através das entrevistas feitas por formulários e com os desafios postos a formação profissional do curso de Serviço Social da UFAM, nos fez perceber que muito mais que traçar críticas ou elogios ao currículo 2009 do curso de Serviço Social da UFAM é necessário, antes de tudo, que o compreendamos em sua totalidade.

O objetivo geral dessa pesquisa era avaliar a formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, a partir da leitura dos supervisores de campo de estágio. A avaliação dos supervisores ressalta que os estagiários da UFAM, em comparação aos provenientes de outras faculdades, são mais críticos, inovadores, com boa formação teórica e um posicionamento sociopolítico forte, o que demanda maior preparo do profissional supervisor. Para os entrevistados, o curso de Serviço Social da UFAM conta com um bom quadro docente, que estimula o acadêmico a trabalhar o tripé ensino, pesquisa e extensão, que, por consequência, resulta numa conduta mais ética, mais respaldada e crítica, como orienta o projeto ético-político profissional, embora também existam algumas limitações na formação, como retomaremos abaixo.

O primeiro objetivo específico se propunha a averiguar a concepção que os supervisores de campo têm quanto ao estágio supervisionado no processo de formação do Serviço Social. Diante disso, os sujeitos nos revelaram que o estágio é de suma importância na formação profissional, no processo de construção da identidade profissional e espaço para relacionar teoria-prática, sendo bem explícito com a palavra mais utilizada por grande maioria, como um momento imprescindível no processo de ensino aprendido do acadêmico. As supervisoras foram unânimes em afirmar que apreciam supervisionar, ainda que algumas tenham pouca experiência, apontando ser este um papel de grande responsabilidade, um verdadeiro desafio ao profissional supervisor.

O segundo objetivo específico era identificar as potencialidades da formação profissional e seus reflexos nos campos de estágios dos acadêmicos do curso de serviço social da UFAM. As entrevistadas assinalaram como potencialidades: o quadro docente, o tripé

ensino, pesquisa e extensão, uma base teórica fortemente presente, o que permite ao acadêmico um olhar crítico, capacidade de realizar a leitura da realidade e segurança para a atuação no campo de estágio. Olhando enfaticamente para os acadêmicos, as supervisoras ressaltaram que estes têm domínio do que é serviço social, postura ética profissional, conhecimento sobre as políticas e direitos sociais, boa habilidade de oratória, escrita e abordagem aos usuários, o que estimula o supervisor de campo à mudança, à “reciclagem” profissional, exigindo uma postura da própria instituição, de acordo com o código de ética profissional.

Por fim, em obediência ao terceiro objetivo específico, verificamos as principais limitações da formação manifestadas pelos acadêmicos no campo de estágio. Neste quesito, foi destacado o pouco ou moderado domínio sobre o Código de Ética e a rede socioassistencial, elementos que merecem maior atenção na avaliação do colegiado do curso acerca da condução do currículo 2009.

Ao olharem de modo geral para o curso, as supervisoras de campo destacaram a necessidade de um estreitamento da relação entre supervisor de campo e supervisor acadêmico, de modo a potencializar a formação profissional. Além disso, a relação teoria e prática também precisa ser mais trabalhada nas disciplinas que precedem o estágio supervisionado, de acordo com as diretrizes da ABEPSS (1996).

Os dados levantados em nossa pesquisa de campo nos possibilitaram responder ao nosso objetivo geral, assim como aos específicos, que nos apontam a suma importância do estágio na formação profissional, no processo de construção da identidade profissional, sendo este um espaço de ensino e aprendizado. Como podemos constatar, por meio das análises feitas neste trabalho, o estágio é uma fase importante da formação dos futuros profissionais. Mas, de acordo com a forma como ele é realizado nas instituições e com o grau de envolvimento das pessoas ali presentes, ele tanto pode ser um espaço de construção de novos significados para a atividade profissional quanto de reprodução de modelos preestabelecidos.

Avançar rumo a uma melhor qualificação na formação dos novos assistentes sociais depende da significação que formadores e formandos dão às suas ações, inclusive na realização do estágio. Com a pesquisa de campo, acreditamos ter percorrido o caminho certo, pois alcançamos os objetivos propostos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus,

Aos meus pais, Claunira do Socorro e Carlos Alberto, juntamente de meu irmão Davi Riker, por toda paciência, apoio e compreensão, que foram essenciais!

À minha orientadora, Profa. Dra. Roberta Coelho pela paciência, parceria, colaboração e amizade no decorrer do estudo, a qual me deu suporte para agregar ainda mais conhecimentos para minha formação acadêmica, pelo incentivo, e por acreditar no meu potencial, mostrando ser compreensiva nos momentos difíceis na elaboração deste trabalho.

À colaboradora, pelo auxílio na coleta e tabulação de dados.

À Raquel Costa, por propiciar momentos de discussão sobre o assunto para sua melhor abordagem.

Por fim, a todos os sujeitos da pesquisa, pela disposição em contribuir para que a mesma se efetivasse.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**, 1996.
- ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teórico-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-21, 1, jul./dez. 2012.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.
- _____. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. 1 ed. 9ª reimp. São Paulo: Atlas, 2011.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84, Ano XXXI. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FORTI, Valeria, GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 3 - 22.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. Ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. Ed. São Paulo: Cortez; Celats, 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em Serviço Social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. **Temporalis** /Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano IX, n. 17(jan./jul. 2009). Semestral. Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional.

_____. **Supervisão de Estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Diretrizes Curriculares. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: 20 mar. 2014.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. **A criação da escola de Serviço Social de Manaus. Dissertação de Mestrado.** Rio de Janeiro, 1986 (mimeo).

NETTO, José Paulo: **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16 Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio:** Fundamentos, Polêmicas e Desafios. **Temporalis** /Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano IX, n. 17(jan./jul. 2009). Semestral. Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais.** In **Temporalis** /Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano IX, n. 17(jan./jul. 2009). Semestral. Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional.

_____. O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: FORTI, Valeria, GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 79-102.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; CUNHA, Vera Lúcia. **O estágio Supervisionado na formação continuada docente a distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades.** Publicación en línea. Murcia (España). Año V. Número 14.- 31 de Marzo de 2006. Disponível em < www.um.es/ead/red/14/oliveira.pdf > Acesso em 10.04.2008.

SANTOS, C. M. - Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006

UFAM. Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social. Manaus, 2009.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

(a ser preenchido pela pesquisadora)

Pesquisa: **Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM** (a ser aplicado aos supervisores de campo)

Formulário de Pesquisa nº _____

Local de Aplicação da Pesquisa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROFISSIONAL

1.1 Nome: _____

1.2 Tempo de formação: _____

1.3 Instituição de formação (graduação): _____

1.4 Nível de formação: () Graduação () Especialização: _____
 () Mestrado: _____

1.5 Tempo de atuação como supervisor de campo: _____

1.6 Tempo de atuação na instituição: _____

2. PERCEPÇÃO GERAL SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

2.1 Como o(a) senhor(a) entende o estágio na formação profissional?

2.2 Como é visto o estagiário na instituição que o(a) senhor(a) atua?

2.3 Há uma política de estágio na instituição que o(a) senhor(a) atua?

() Não () Sim. Como funciona? _____

2.4 O(a) senhor gosta de supervisionar estagiários?

() Sim () Não

Por quê? _____

2.5 Como acontece o processo de supervisão dos estagiários que estão sob sua responsabilidade?

3. PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO NA UFAM

3.1 A partir das demandas institucionais e de sua experiência profissional, quais elementos da formação o(a) senhor(a) acredita que as faculdades de Serviço Social devam trabalhar melhor?

3.2 Como o(a) senhor(a) classifica a formação profissional conduzida pelo Curso de Serviço Social da UFAM?

() Ótima () Boa () Regular () Insuficiente

Justifique: _____

3.3 O que o senhor pode apontar como pontos fortes da formação profissional conduzida pelo Curso de Serviço Social da UFAM?

3.4 O que o(a) senhor acha que precisa ser melhorado na formação profissional conduzida pelo Curso de Serviço Social da UFAM?

4. PERCEPÇÃO SOBRE OS ESTAGIÁRIOS DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM

4.1 Número de estagiários sob sua supervisão: _____

4.2 Número de estagiários da UFAM sob sua supervisão: _____

4.3 Avalie os estagiários de Serviço Social da UFAM que o senhor acompanhou nos últimos 5 anos quanto aos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	0	1	2	3	4	5
Entendimento sobre o que é Serviço Social						
Domínio das atribuições privativas do assistente social						
Conhecimento do Código de Ética Profissional						
Postura ética diante dos demais profissionais e usuários						
Fundamentação teórica						
Estabelecimento da relação teoria e prática						
Leitura da realidade social						
Domínio dos instrumentais de trabalho do assistente social						
Conhecimento sobre os direitos sociais e as diferentes políticas sociais						
Conhecimento sobre a rede socioassistencial						
Entendimento sobre a dinâmica de trabalho do assistente social no espaço institucional						
Habilidade de escrita						
Habilidade da oratória (condução de palestras, orientações...)						
Habilidade na abordagem aos usuários						

4.4 Indique os pontos mais fortes que o senhor identifica nos estagiários de Serviço Social da UFAM.

4.5 Indique os pontos mais frágeis que o senhor identifica nos estagiários de Serviço Social da UFAM.



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa “**Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM**”, sob a responsabilidade da Pesquisadora Responsável Professora Doutora Roberta Ferreira Coelho de Andrade, a qual tem como objetivo geral: analisar o currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, a fim de subsidiar a construção, a implantação e o monitoramento de um novo projeto pedagógico do curso, que favoreça a melhoria da qualidade da formação profissional em Serviço Social. Os objetivos específicos são: contrastar a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS e o atual currículo de Serviço Social da UFAM; avaliar os limites da formação oferecida pelo curso de Serviço Social da UFAM; suscitar a autoavaliação dos professores acerca da condução das disciplinas; construir espaços pedagógicos de aprofundamento sobre currículo e trabalho profissional.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da concessão de uma entrevista, para que o(a) senhor possa avaliar a formação oferecida pelo curso de Serviço Social da UFAM. O(a) senhor(a) foi escolhido por estar inserido nesse processo de formação profissional e poderá oferecer importante contribuição na análise que pretendemos fazer. O(a) senhor(a) tem todo o direito de não responder a qualquer pergunta que for feita, caso não queira ou não se sinta à vontade. Além disso, é livre para permitir ou não que a entrevista seja gravada.

Os riscos decorrentes de sua participação nessa pesquisa podem ser: desconforto ou constrangimento em algum momento da pesquisa, sendo que trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados ou, caso aconteçam, a pesquisadora se compromete em ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo para que o curso de Serviço Social tenha elementos que favoreçam a melhoria da qualidade da formação profissional em Serviço Social ofertada pela UFAM.

Se depois de consentir em sua participação o(a) senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo telefone 3305-4578 ou pessoalmente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, situado à Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM

Pesquisador: Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 28637814.2.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 640.504

Data da Relatoria: 07/05/2014



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 640.504

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 08 de Maio de 2014

Assinador por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)